

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

JULIA PAIVA ZANETTI

Jovens feministas

Um estudo sobre a participação juvenil no feminismo do Rio de Janeiro

Niterói

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Jovens feministas

Um estudo sobre a participação juvenil no feminismo do Rio de Janeiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, Campo de Confluência Diversidade, Desigualdade Social e Educação, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Educação.

Aprovada em: 13/05/2009

Banca Examinadora

Prof. Dr. Paulo Cesar Rodrigues Carrano
Universidade Federal Fluminense – Orientador
Assinatura: _____

Prof^a. Dr^a. Ana Alice Alcantara Costa
Universidade Federal da Bahia
Assinatura: _____

Prof^a. Dr^a. Eliane Ribeiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Assinatura: _____

Prof^a. Dr^a. Elisa Guaraná de Castro (suplente)
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Assinatura: _____

Niterói
2009

Ao meu pai e amigo
Lorenzo Zanetti
(*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Às feministas, jovens e adultas, por me contagiarem com a radicalidade deste movimento. Em especial aquelas da CAMTRA, do Programa GRAL, do Fórum Cone Sul de Mulheres Jovens Políticas – Espaço Brasil e de Criola, que me mostraram diversas formas de viver este desafio.

Às feministas entrevistadas pela confiança, disponibilidade, colaboração e aprendizado proporcionados pelas suas histórias.

Ao amigo Paulo Carrano, orientador bem humorado e parceiro nesta produção, pelas contribuições, trocas e apoio.

Às professoras Ana Alice Costa, Eliane Ribeiro, Elisa Guaraná, Léa Paixão, Rachel Soihet e Regina Novaes (graduação), pelo incentivo e contribuições nessa jornada acadêmica.

Ao grupo de pesquisa do Observatório Jovem do Rio de Janeiro, pelo constante incentivo, troca de idéias e animadas mesas de bar.

A Giane Elisa, Marcelo Siqueira e Luiz Fernando, amiga e amigos da “Diversidade”, pelo companheirismo e resistência nos primeiros períodos.

À Igreja Católica, que com todas as suas falhas, ainda consegue formar pessoas que, assim como eu, acreditam na ação coletiva como instrumento de construção de um mundo mais justo e solidário.

A Alana Vellasco, Aline Almôndega, Fátima Vila Nova, Felipe Marques, Hamilton Antunes, Isabel Scrivano, Reimont Otoni e Tiago Vila Nova, amigas e amigos de fé, pelas conversas e pizzas compartilhando projetos e sonhos.

A Helena Torres, minha analista, que muito me ajudou a encarar e superar os desafios dos últimos anos.

Às queridas amigas e amigos que de longe ou de perto, compreendendo mais ou menos o que eu estava estudando, estiveram presentes de diferentes formas: André Sobrinho, Bartira Portinho, Chiara Cestaro, Daniele Duarte, Iamara de Andrade, Inti Lavagetto, Jeison Quintaes, Laine Chapada, Rogério da Silva Jr., Silene Domenghini, Vanessa Leite, Vitória Bernardes.

Às novas amigas Myriam Athayde e Cláudia Barata que acompanharam cada passo da reta final desse percurso.

Às amigas “super poderosas” Mônica Sacramento, Patrícia Lânes e Priscila Bastos, pelas longas e divertidas conversas, pelas leituras e releituras, pela admiração e carinho que nos une.

A minha família materna, pelo aconchego a cada reencontro, e à zia Clara (*in memoriam*), que da Itália acompanhou “de perto” o desenvolvimento dos meus irmãos, da minha irmã e meu, da mesma forma que sempre incentivou e investiu na nossa formação.

Ao meu pai e minha mãe que conseguiram construir nossa família com bases no amor, no respeito, na cooperação, no diálogo, na solidariedade e na autonomia, valores que me aproximaram do feminismo e que são imprescindíveis nas minhas escolhas cotidianas. Aos meus irmãos e minha irmã pela alegria e amor da nossa amizade. Em especial, agradeço a Moara, companheira de muitas lutas, que acompanhou de perto esta conquista, e ao meu pai, pelo exemplo, pela confiança, pela serenidade, pela cumplicidade.

RESUMO

ZANETTI, Julia Paiva. Jovens Feministas: Um estudo sobre a participação juvenil no feminismo do Rio de Janeiro. Orientador: Paulo César Rodrigues Carrano. Niterói-RJ/UFF, 13/05/2009. Dissertação (Mestrado em Educação), 87 páginas. **Campo de Confluência:** Diversidade, Desigualdades Sociais e Educação; **Linha de Pesquisa:** Práticas Sociais e Educativas e Jovens e Adultos. Ao longo de sua história o feminismo contou com a participação de inúmeras gerações juvenis, mas só muito recentemente as jovens passaram a reivindicar reconhecimento, espaços e discussões específicas de juventude dentro do movimento, assim como foi feito pelas feministas negras e lésbicas a partir dos anos de 1980. A presente dissertação busca compreender os elementos que contribuem para a constituição da identidade de jovens feministas e analisar sua inserção contemporânea no movimento feminista na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Para isto, além do levantamento bibliográfico, foram utilizadas como estratégias metodológicas a observação de atividades do movimento, a análise de alguns de seus documentos e entrevistas semi-estruturadas com jovens e adultas militantes feministas. Considerando que nenhum fenômeno de ação coletiva expressa uma linguagem unívoca, dentro da diversidade que compõe o feminismo, duas das principais articulações feministas de atuação local e nacional foram tomadas como referência: a Articulação de Mulheres Brasileiras e a Marcha Mundial das Mulheres. Inicialmente, o trabalho apresenta breve retrospectiva histórica do feminismo, onde se registra a relevância da sua atuação para as inúmeras conquistas em direção à equidade entre mulheres e homens. Entre as jovens entrevistadas, a articulação das identidades feminista e juvenil revela como traços comuns a forte referência na figura materna e a inserção das jovens em ONGs e/ou outros movimentos como definidora de sua aproximação ao feminismo, do qual muitas vezes não tinham uma boa imagem. A participação delas é marcada por diferentes percepções acerca das relações intergeracionais: há quem as perceba de forma harmoniosa; há aquelas que identificam conflitos, mas assumem o lugar de herdeiras do legado do movimento; e há tantas outras que problematizam estas relações e não aceitam o lugar que, muitas vezes, lhes é destinado dentro do movimento. No que se refere a pautas específicas das jovens, constata-se que mais do que apresentar novas pautas, o que acontece é a demanda de um recorte geracional de questões já defendidas pelo movimento. Em relação aos espaços específicos para fortalecimento das jovens dentro feminismo, apenas uma das entrevistadas não os considera necessário. No entanto, diferente do que acontece em âmbito nacional, no Rio de Janeiro este segmento ainda não se constituiu enquanto sujeito coletivo.

PALAVRAS-CHAVE: JUVENTUDE, FEMINISMO, PARTICIPAÇÃO JUVENIL

ABSTRACT

ZANETTI, Julia Paiva. Young Feminists: A study about the young participation in feminism of Rio de Janeiro. Guiding: Paulo César Rodrigues Carrano. Niterói-RJ/UFF, 05/13/2009. Dissertation (Masters in Education), 87 pages. **Confluence Camp**: Diversity, Social Inequality and Education; **Research Line**: Social and Educational Practice and Young and Adults. Throughout its history the feminism was attended by many young generations, but only very recently, young women began to reclaim knowledge, and discussions an specific áreas within the youth movement, as was done by black and lesbians feminist from the 1980s. This dissertation seeks understand the factors that contribute for the formation identity of Young feminists and analyze its insertion in the contemporary feminist movement in Rio de Janeiro Metropolitan Region. For this, besides the literature review, methodological strategies were used as the observation of activities of the movement, the analysis of some documents and semi-structured interviews with young adult activists and feminist. Whereas that any action collective phenomenon expressed an unambiguous language, inside the diversity within feminism that makes up, the two major feminist articulations of local and national actions were taken as reference: the Articulation of Brazilian Women (Articulação de Mulheres Brasileiras) and the World March of Women (Marcha Mundial das Mulheres). Initially, the paper presents brief historical retrospective of feminism, which records the performance of its relevance to the many achievements towards equity between women and men. The articulation of feminist identities and youth is a strong reference to mothers and inclusion of young people in NGO's and/or others movements as defining of their approach to feminism, which often hadn't a good image. The participation of young people is marked by different perceptions about the intergenerational relations: some people understand as a harmony way, there are those that identify conflicts, but take the place of heirs from the movement legacy, and there are many others that problematize and do not accept there relationships and the place that often they are designed within the movement. As regards the specific guidelines of the young women, that rather than presenting new agendas, It's what happen the demand for a cut of generational issues already defended by the movement. In relation to specific areas for strengthening of youth within feminism, just one of those interviewees do not consider it necessary. However, different from what happens in Brazil, in Rio de Janeiro this segment was still not as collective subject.

KEYWORDS: YOUTH, FEMINISM, YOUTH PARTICIPATION.

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Roteiro utilizado nas entrevistas com jovens feministas

Anexo 2 – Roteiro utilizado nas entrevistas com feministas adultas

Anexo 3 – Síntese do perfil das jovens entrevistadas

Anexo 4 – Letra da música “Tapinha Nada”

Anexo 5 – Carta das Negras Jovens Feministas – “Rumo ao I Encontro Nacional de Jovens Feministas”

Anexo 6 – Carta de Princípios da Articulação Brasileira de Jovens Feministas

LISTA DE SIGLAS

ABJF – Articulação Brasileira de Jovens Feministas

AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras

Camtra – Casa da Mulher Trabalhadora

CEDIM – Conselho Estadual dos Direitos da Mulher/ RJ

DS – Democracia Socialista, tendência do PT

Enjune – Encontro Nacional da Juventude Negra

EFLAC – Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe

FES – Fundação Friedrich Ebert

MMM – Marcha Mundial das Mulheres

ONG – Organização não governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PJE – Pastoral de Juventude Estudantil

PSoL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

SPM – Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres

UJS – União da Juventude Socialista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Antecedentes	13
Metodologia	14
Capítulo 1 - FEMINISMO: QUE HISTÓRIA É ESSA?	18
1.1 Mulheres pelo direito à diferença	23
1.2 Contexto atual do movimento no Rio de Janeiro	25
1.2.1 O movimento para além das articulações	30
Capítulo 2 - FEMINISMO E JUVENTUDE	34
2.1 Uma nova e múltipla identidade	38
2.2 As jovens entrevistadas	42
2.2.1 Entrada no movimento	46
2.2.2 O que significa ser jovem feminista?	49
2.2.3 Pautas e espaços específicos	51
2.3 As jovens e as articulações feministas	56
Capítulo 3 – RELAÇÕES INTERGERACIONAIS NO FEMINISMO	59
3.1 Um <i>Oito de Março</i> como exemplo	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71
ANEXOS	75

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, que se insere no contexto das preocupações sobre a juventude no Brasil, pretende compreender um novo momento do feminismo no país, em que jovens mulheres, a exemplo do que aconteceu com outros grupos, tais como, as mulheres negras e lésbicas, reivindicam o reconhecimento de suas especificidades, estruturando-se como um grupo específico dentro do movimento.

O feminismo, nas suas mais diversas expressões, teve e tem uma preocupação com práticas educativas nas quais as jovens sempre foram bem-vindas. Em princípios político-pedagógicos, reconhece que as(os) participantes dessas práticas não são página em branco, e que já têm conhecimentos e experiências acumuladas ao longo de sua vida (PORTELLA E GOUVEIA, 1999). Entretanto, quando essas jovens se engajam no movimento, esse princípio parece não se aplicar em relação à participação efetiva ou à ocupação de lugares de poder.

Entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000 é possível perceber uma aproximação das jovens a um movimento que o senso comum considera ultrapassado, uma vez que a igualdade entre homens e mulheres já teria sido conquistada.

Assim, esta investigação busca compreender como se constitui a identidade das jovens feministas nos dias de hoje e analisar sua inserção contemporânea no movimento feminista da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Para Melucci (2004), a identidade tende a coincidir com processos conscientes de individuação e de aprendizagem, vivida mais como ação do que como situação, de forma que *identização* seria uma palavra melhor para expressar esse caráter processual, auto-reflexivo e construído da definição de nós mesmos(as).

Segundo o mesmo autor (1994), nos dias de hoje esse processo depende de escolhas dentro daquilo que se quer e se pode, mas elas não se dão de forma aleatória, sem história, distanciadas das condições sociais, pessoais, familiares em que se vive.

Nessa diversidade de vivências e escolhas, o feminismo vem enfrentando o fato que o termo *mulheres*, mesmo sendo utilizado no plural, não necessariamente denota uma experiência comum a todas, pois nos diferentes contextos históricos essa identidade estabelece intersecções com outras identidades: raciais, classistas, étnicas, regionais (BUTLER, 2003).

Esta investigação se desenvolveu vinculada ao Campo de Confluência Diversidade, Desigualdades Sociais e Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da

Universidade Federal Fluminense, que através do grupo de pesquisa Observatório Jovem do Rio de Janeiro tem dedicado grande atenção ao tema da juventude.

Esse grupo está se consolidando como uma referência em um cenário nacional de incremento da produção teórica sobre o tema ocorrido nos últimos anos, caracterizado pela constituição de grupos de pesquisa por todo o país e pela realização de inúmeras investigações, tais como: Perfil da Juventude Brasileira: 2003; Juventude Brasileira e Democracia: 2004; bem como a realização do Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira, que se encontra na terceira edição¹.

Outro indicador desse crescimento é a comparação entre a pesquisa *Juventude e Escolarização* (Sposito, 2002), que registrou 387 trabalhos acadêmicos (teses e dissertações) na área de Educação e Juventude, no período de 1980 a 1998; e sua nova fase, denominada *"Balanço e perspectivas do campo de estudos de juventude no Brasil em conjuntura de expansão"* (1999 - 2006), em andamento, que identificou no banco de teses e dissertações da CAPES cerca de 1.500 trabalhos sobre jovens e juventude nas áreas de Educação, Serviço Social e Ciências Sociais. Nota-se que, mesmo que a série temporal da primeira pesquisa seja maior do que a mais recente e que aquela estivesse restrita à Educação, houve um aumento substancial no número de produções voltadas para o tema.

Pelos resultados do primeiro período estudado, percebe-se que *"Sexualidade e Relação de Gênero"* é o segundo subtema mais freqüente. No entanto, as discussões restringem-se a questões que dizem respeito à escuta dos(as) jovens sobre estes temas, à AIDS e à *"gravidez e maternidade precoces"*², quase todos sendo relacionados à intervenção escolar para a prevenção, através da orientação e educação sexual.

Nenhuma das pesquisas abordava as problemáticas ligadas à homossexualidade e pela breve descrição de cada uma delas, é possível perceber também a ausência de uma discussão mais ampla sobre as relações de gênero, como por exemplo, sobre o papel da escola na reprodução da divisão sexual do trabalho.

Weller (2005: 203) também registra que:

esses estudos e pesquisas [sobre juventude] apresentam uma diversidade de enfoques teóricos nos quais a perspectiva de gênero e a compreensão de juventude como uma categoria que possui dois sexos, bem como distintas origens étnico-raciais e de classe, permanecem muitas vezes

¹ Sobre o III Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira consultar http://www.ucq.br/ucq/eventos/jubra3/home/secao.asp?id_secao=1038&id_unidade=1.

² Mantive o termo utilizado no relatório final da pesquisa para referir-se à gravidez e maternidade juvenis, pois reflete a percepção corrente à época da produção do mesmo. Esta nomenclatura vem sendo problematizada pelos estudos sobre sexualidade por apresentar um juízo de valor sobre a idade correta para vivência da gravidez e da maternidade, desconsiderando a variedade de significados atribuídos pelos(as) jovens a estas experiências. Consultar Abramovay, Castro e Silva, 2004.

ausentes ou não são desenvolvidas com o devido rigor teórico-metodológico.

Pelo levantamento realizado para essa dissertação, mais uma vez constata-se que são poucos os trabalhos dedicados especificamente às jovens mulheres, menos freqüentes ainda parecem ser aqueles que vão além dos estudos sobre sexualidade. Nesse contexto, torna-se relevante investigar essas jovens e suas diferentes formas de atuação política, inclusive por ser esta uma forma de dar visibilidade este segmento.

Conforme afirma Castro (2004: 298), e foi confirmado no levantamento realizado para esta pesquisa, *“mesmo no feminismo ainda é tema de pouco investimento o das culturas juvenis, e nestas o das identidades femininas jovens.”*

Antecedentes

Minha aproximação com o movimento feminista iniciou-se em 2000, quando comecei a trabalhar na organização não governamental feminista Casa da Mulher Trabalhadora (CAMTRA)³, que era uma instituição pequena e nova, tinha sido fundada em 1997, mas que contava com algumas jovens como funcionárias e colaboradoras. Trabalhei nessa instituição por quase cinco anos, até 2005, que durante a maior parte desse período foi responsável pela Secretaria Estadual da Marcha Mundial das Mulheres (2000 a 2007), movimento no qual eu também comecei a militar. Dessa forma, logo tive contato com outros grupos do movimento feminista, visto que nessa época boa parte deles se articulava na Marcha.

Com experiência acumulada na participação em pastorais da Igreja Católica, especialmente na Pastoral de Juventude Estudantil (PJE) - logo me chamou atenção a forma praticamente invisível como as poucas jovens militantes se inseriam no movimento.

Nesse meio tempo, entre os anos 2004 e 2005, participei do Programa Gênero, Reprodução, Ação e Liderança (GRAL), promovido pela Fundação Carlos Chagas, com o projeto *Jovens Lideranças Feministas* o que me permitiu estar na Camtra com maior autonomia e fazer um estágio de cerca de quarenta dias no SOS Corpo⁴, que até hoje é a sede nacional da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB).

Nesse estágio, observei as ações do SOS, visitei outras instituições locais e li textos sobre feminismo e juventude, que depois discutia com minha orientadora de estágio, o que

³ A Camtra é uma organização não governamental do Rio de Janeiro que se propõe a colaborar para o fortalecimento da autonomia das mulheres e de sua participação na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Para mais informações consultar: www.camtra.org.br.

⁴ O SOS Corpo é uma organização não governamental de Recife que tem como missão contribuir para a democratização da sociedade brasileira por meio da promoção da igualdade de gênero com justiça social, através do fortalecimento do feminismo popular. Para mais informações consultar: www.soscorpo.org.br.

me ajudou a perceber que boa parte das questões que me colocava sobre a relação das jovens com o movimento não era uma especificidade da minha trajetória ou daquilo que observava no Rio de Janeiro. Com essa oportunidade começo a ler mais sobre o movimento e a pensar mais sistematicamente sobre essas questões. O estágio também significou um contato maior com a AMB e suas propostas.

Metodologia

Algumas questões orientaram o desenvolvimento dessa investigação, tais como: que elementos contribuíram para uma auto-identificação dessas jovens como feministas, como estas se percebem enquanto jovens dentro do movimento, quais são os significados de ser uma jovem feminista nos dias de hoje e como se dá a participação juvenil neste movimento nos dias de hoje.

Como afirma Melucci (2001), nenhum fenômeno de ação coletiva pode ser assumido na sua globalidade, porque não expressa nunca uma linguagem unívoca. Para uma aproximação analítica dos movimentos sociais é necessária a decomposição do objeto tendo em vista o sistema de relações sociais investido pela ação e segundo orientações que tal ação assume.

Dessa forma, optei por tomar como referência as duas principais articulações que mobilizam os grupos feministas tanto em âmbito local, quanto nacional, que são: a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e a Marcha Mundial das Mulheres.

Considerarei nesse trabalho a afirmação do mesmo autor de que as crenças e discursos dos sujeitos não bastam para dar razão à ação. Portanto, como percurso metodológico, adotei a observação das ações promovidas pelas articulações, dedicando especial atenção às relações que se estabelecem entre as jovens e as adultas dentro do movimento, procurei identificar se questões referentes à condição juvenil estão presentes e de que forma.

Recorri, ainda, à realização de entrevistas semi-estruturadas⁵, com quatro jovens do movimento e de duas lideranças adultas, uma da Marcha e outra da AMB. Como afirma Melucci (2004), ao falar de identidade não basta reconhecer-se, faz-se necessário também ser reconhecido(a). Sendo assim, torna-se relevante escutar e analisar também a percepção das feministas adultas acerca dessa nova geração. Suas falas também permitem reconstituir, brevemente e a partir da própria vivência, a história recente do movimento no Rio de Janeiro, visto que são poucos os registros disponíveis.

⁵ Roteiros utilizados disponíveis em anexo.

Em princípio, a proposta era entrevistar apenas jovens vinculadas à AMB ou à Marcha, diante da informação de que havia apenas uma jovem efetivamente vinculada à primeira articulação no Rio, pareceu interessante entrevistar uma jovem feminista negra.

Como destaca Sueli Carneiro (2003):

em conformidade com outros movimentos sociais progressistas da sociedade brasileira, o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade.

As mulheres negras que historicamente resistiram e se opuseram a esse lugar, nos últimos 20 anos têm lutado pelo reconhecimento dessas diferenças e enfrentamento dessas desigualdades também dentro do feminismo, através do chamado feminismo negro. Essa atuação das mulheres negras é visível também na organização das jovens feministas em âmbito nacional. Por exemplo, no Encontro Nacional de Jovens Feministas (ENJF), as negras tiveram um papel de destaque, assim como as lésbicas, garantindo os recortes raciais e de orientação sexual nas discussões que ocorreram.

Angela⁶, a jovem negra entrevistada, foi a única das quatro que participou desse Encontro e acompanha as discussões nacionais das jovens feministas negras e da Articulação Brasileira de Jovens Feministas (ABJF), além de ser uma das lideranças do Rio de Janeiro no processo do Encontro Nacional da Juventude Negra (Enjune).

Na Marcha, cerca de 40% de suas integrantes são jovens, segundo Rosa, uma das feministas adultas entrevistadas. Há alguns anos que as jovens representam parte significativa dessa articulação, na Região Metropolitana Rio de Janeiro, distribuem-se basicamente em dois subgrupos: jovens estudantes vinculadas a uma tendência partidária e aquelas vinculadas ao núcleo de juventude de uma ONG feminista do Rio de Janeiro. No período das entrevistas, as primeiras estavam bem representadas no grupo que coordena estadualmente a Marcha, enquanto as segundas encontravam-se em crise com essa articulação. Assim, ao entrevistar uma jovem de cada subgrupo, Olympe, representando e em consonância com o segundo subgrupo, afirma não saber se ainda é da Marcha, reconhece que “*todo o projeto que eu entendo de feminismo é o feminismo da Marcha*”, mas não se identifica com a forma como essa vem sendo conduzida no Rio de Janeiro, opinião semelhante aquela de Rosa.

⁶ Com fins de preservar a identidade das entrevistadas, os nomes aqui utilizados são fictícios e foram escolhidos em homenagem a mulheres que são referências do feminismo internacional: Alexandra Kollontai, Angela Davis, Betty Friedan, Olympe de Gouges, Rosa Luxemburgo e Simone de Beauvoir. Está disponível em anexo um quadro-síntese do perfil das jovens entrevistadas.

Ao entrevistar uma adulta da AMB, sou informada que no Rio de Janeiro, Betty era a única jovem que participava ativamente e de forma mais sistemática dessa articulação, portanto foi a única jovem da AMB entrevistada.

Por fim, recorro a documentos produzidos nos últimos anos pelo movimento ou com ampla participação de suas militantes, tais como a Plataforma Política Feminista, Carta de Princípios da ABJF e os dois Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, na medida em que permitem melhor compreensão das situações e análises aqui realizadas.

O cruzamento dessas três instâncias de análise – observação, entrevistas e documentos – possibilitou a *triangulação* (SARMENTO, 2003), ou seja, a comparação entre as informações recolhidas a fim de tentar obter a “*confirmação*” das mesmas e verificar a coerência da interpretação feita a partir dos dados da pesquisa de campo.

A vivência de militante no movimento foi um facilitador no que se refere ao acesso a muitas informações; eu fazia parte de várias redes virtuais que permitiram me manter atualizada e estabelecer contatos, já conhecia todas as entrevistadas, que aceitaram prontamente o meu convite. As entrevistas aconteceram entre agosto e dezembro de 2008, metade dessas realizadas nos locais de trabalho das entrevistadas, duas em suas casas e uma em um shopping.

Além disso, minha proximidade com as militantes e com algumas instituições possibilitou maior entendimento de códigos no campo de pesquisa, tais como a referência a eventos, documentos, grupos e organizações feministas, estes repletos de siglas e abreviações incompreensíveis para não iniciadas(os).

A observação dos eventos talvez tenha sido a parte mais delicada em relação a minha identificação como militante do movimento e o meu papel de pesquisadora. Confesso que nas primeiras atividades que fui com esta finalidade, fiz uma observação excessivamente participante, mas como comecei a ir a campo logo no início do curso, tive tempo para me reposicionar de forma mais distanciada e menos ativa. No entanto, por mais que, sempre que possível, eu fizesse questão de recordar que estava ali na condição de pesquisadora, principalmente no contato com as mulheres mais próximas, isso me parecia rapidamente esquecido.

Por exemplo, ao observar uma das reuniões da Marcha, na tradicional rodada de apresentações das participantes, me apresentei como pesquisadora, mas depois isso não foi retomado em nenhum momento e não pareceu ter causado nenhuma considerável alteração no percurso do encontro. Por outro lado, ao participar de uma reunião da AMB, que se propunha a discutir a participação política das mulheres, foi evidente o desconforto de Simone, feminista adulta da AMB que eu tinha entrevistado algumas semanas antes.

Havia três convidadas para fazer uma intervenção inicial, uma juíza, uma feminista negra e uma militante da AMB; pouco depois da minha chegada, Simone veio perguntar se eu gostaria de me juntar a elas falando da perspectiva geracional. Recusei reafirmando meu lugar de observação, o que talvez a tenha deixado ainda mais incomodada.

Essa minha proximidade intensificou o desafio de *objetivação* sugerido por Minayo (2004), como o necessário esforço de distanciamento analítico. Essa atenção se fez necessária também para potencializar a minha capacidade de ouvir essas jovens e analisar o material produzido e, dessa forma, compreender os processos educativos que estão presentes na dinâmica de renovação do movimento feminista.

Pesquisar o movimento a partir dessas duas articulações, tendo eu feito parte de uma delas inclusive, certamente coloca em pauta as questões que as dividem. Entretanto, como sinaliza Zanten (2003), mais do que verificar as afirmações de um ou outro grupo, a tarefa principal da pesquisa é compreender as diferentes formas e sentidos atribuídos pelos sujeitos à sua ação.

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, a proposta é reconstituir o cenário onde aconteceu a pesquisa. Então, parte-se de uma contextualização sobre a história do feminismo, chegando à forma como o movimento está organizado atualmente na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Registro aqui a escassez de documentos sobre o feminismo no Rio de Janeiro. Não estão disponibilizados, nem no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher/ RJ (CEDIM), registros sobre a história recente do movimento local.

No segundo capítulo, retoma-se a questão das múltiplas identidades dentro do movimento feminista, com destaque para aquela de jovem feminista. Em outra seção, são apresentadas as jovens entrevistadas e algumas questões relevantes quanto à sua identificação como feminista e sua participação no contexto das grandes articulações.

No terceiro capítulo, a ênfase está na complexidade das relações intergeracionais intra-movimento, priorizando a perspectiva das jovens feminista. Para ilustrar, toma-se como exemplo um episódio ocorrido na passeata do Dia Internacional da Mulher de 2007.

Capítulo 1 – FEMINISMO: QUE HISTÓRIA É ESSA?

Nas mais diferentes épocas históricas há registros da luta das mulheres contra a opressão patriarcal. Na Roma Antiga, as mulheres lutavam, por exemplo, pelo direito de usar o transporte público, até então privilégio dos homens; na Idade Média, tiveram que enfrentar a inquisição que queimou milhares de mulheres sob a acusação de bruxaria. No entanto, só no século XVIII pode-se falar de um movimento político das mulheres (ALVES e PITANGUY, 2003).

Conhecido como o século das revoluções, o século XVIII assistiu à organização das mulheres em diferentes países, especialmente nos Estados Unidos, na Inglaterra e na França, podendo-se considerar esse último como emblemático. Depois de participarem ativamente do processo revolucionário que exigia igualdade, liberdade e fraternidade, as mulheres ficaram de fora das conquistas alcançadas. Esse acontecimento levou a organização de uma ação política própria, que afirmou a especificidade da luta da mulher por cidadania.

Depois de participar da Revolução Francesa, assim como outras mulheres, Olympe de Gouges se desencanta ao descobrir que suas conquistas não incluíam as mulheres, ao que reage em 1791, publicando *Os Direitos da Mulher e da Cidadã*, em que parafraseava o discurso revolucionário incluindo as mulheres e suas demandas por igualdade de direitos. Essa iniciativa a levou à guilhotina em 1793 sob a acusação de ter querido ser um homem de Estado e ter esquecido as virtudes próprias do seu sexo.

O século XIX é marcado pelas lutas operárias por melhores condições de trabalho e por direitos de cidadania, em especial o voto. No campo do trabalho, a questão específica das mulheres foi afirmar que não era sua entrada no mercado que deveria ser combatida, mas sim as precárias condições de trabalho a que homens, mulheres e crianças eram submetidos(as).

No caso da luta pelo direito ao voto, os homens conquistaram o sufrágio universal em vários países ainda nesse mesmo século, já as mulheres tiveram que lutar ainda por várias décadas, só obtendo sucesso no século seguinte. Nos Estados Unidos as mulheres só conquistaram o direito ao voto em 1920 e na Inglaterra em 1928 (ALVES e PITANGUY, 2003). Essa fase é reconhecida como a primeira onda do feminismo.

No Brasil, a luta das mulheres de forma mais organizada inicia-se nesse período. Entre o final do século XIX e o início dos anos de 1930, é possível identificar três principais vertentes dentro do movimento (PINTO, 2003). A primeira, mais forte e articulada, atua no campo dos direitos políticos das mulheres e tem como destaque o direito ao voto. Na segunda, denominada pela mesma autora de *feminismo difuso*, mulheres cultas se

expressam nas múltiplas manifestações da imprensa feminista alternativa, abordando temas como educação da mulher, dominação dos homens, sexualidade e divórcio. Por fim, a terceira defende a libertação da mulher de forma radical, tendo como foco a questão da exploração do trabalho, articulando as teses feministas aos ideários anarquistas e comunistas.

Sendo ainda capital do país nessa época, o Rio de Janeiro foi palco de várias iniciativas em prol do voto feminino. Por exemplo, a tentativa de alistamento eleitoral e a fundação do Partido Republicano Feminino, por Leolinda Daltro, em 1910; o I Congresso Internacional Feminista, organizado por Bertha Lutz, que consolidou a criação da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, que depois de conquistado o direito de voto, deu continuidade à sua ação política promovendo a campanha eleitoral das feministas para a Assembléia Nacional Constituinte que se realizaria em 1933 (SCHUMAHER e BRAZIL, 2003).

A partir de 1932 - ano da conquista do direito ao voto feminino no Brasil - é possível perceber um período de refluxo do movimento feminista. Apesar das mulheres terem permanecido organizadas em torno de ações como movimentos contra a carestia e clubes de mães, não se pode dizer que fossem iniciativas feministas, pois não pretendiam questionar a condição de opressão das mulheres, nem a lutar pela transformação dos papéis socialmente atribuídos a elas (PINTO, 2003).

Os anos de 1930 e 1940 também representaram um período de refluxo da organização feminista em diferentes países, uma vez que formalmente suas principais reivindicações haviam sido atendidas.

No final da década de 1940, Simone de Beauvoir escreve *O Segundo Sexo*, denunciando as raízes culturais das desigualdades sexuais e analisando os condicionamentos sofridos pelas mulheres no seu processo de socialização. Apesar de ser uma voz isolada naquele período, o livro de Beauvoir torna-se um marco para o ressurgimento do movimento nos anos de 1960, conhecido como segunda onda feminista, servindo de base para o livro *A Mística Feminina*, de Betty Friedan. Outra referência para a nova fase do feminismo, o livro de Friedan detecta a existência de *o mal que não tem nome*, ou seja, a insatisfação com o papel tradicionalmente atribuído às mulheres (ALVES e PITANGUY, 2003).

Dessa forma, na década de 1960, marcada nos Estados Unidos e Europa pelas lutas das chamadas “minorias”, o feminismo retoma fôlego com outras reivindicações, como o direito das mulheres de decidir sobre o próprio corpo, de acessar o mercado de trabalho nas

mais diferentes profissões e do reconhecimento do mundo privado como um espaço político também.

A mobilização gerada pelas mulheres em vários países é tão grande que em 1975 a ONU promove uma grande conferência internacional, na Cidade do México, e institui esse como Ano Internacional da Mulher e declara o período entre 1975 e 1985 como a Década da Mulher.

Essa segunda onda do feminismo foi marcado pelo debate “igualdade x diferença”. De acordo com Ochy Curiel (2003), embora composto por diversas correntes políticas (liberais, socialistas, materialistas), as feministas da igualdade feministas têm como ponto comum a estratégia de desmascarar o patriarcado como sistema, demonstrando a construção social, cultural e econômica das diferenças sexuais que são assumidas como biológicas e naturais. Esse grupo é criticado por tomar como base o paradigma masculino e se submeter às suas normas e regras, pois ao assumir a igualdade como princípio negariam a diferença sexual feminina em benefício de um sujeito que se pretende universal: o masculino, reproduzindo o sexismo, ao invés de abolí-lo.

O feminismo da diferença, por sua vez, afirma a cultura da “feminilidade”, que agrega elementos para a paz, o cuidado e torna o mundo mais humano. Esse grupo é acusado de, ao defender a diferença, promover um retorno a um essencialismo biologicista e à idealização da feminilidade das mulheres.

Curiel destaca também outra grande discussão ocorrida em torno da crítica feita por lésbicas, negras, latinas, a um feminismo cada vez mais excludente. Elas sustentavam que assumir “mulheres” como identidade homogênea limitava as possibilidades de abordar o racismo, a lesbofobia e o classismo como sistemas de opressão e exclusão que atingiam muitas mulheres e se manifestava inclusive dentro do movimento feminista. Passando-se então a uma política de reconhecimento das diferenças e das identidades.

No Brasil, apesar do contexto de ditadura militar, esses acontecimentos internacionais provocam grandes repercussões. Muitas mulheres exiladas nos Estados Unidos e na Europa têm contato com os ideais feministas, que trazem na bagagem em seu retorno do exílio. Assim, com algumas parcerias e a partir de estratégias como a criação de grupos autônomos, realização de debates públicos, elaboração de documentos, edição de jornais específicos, entre outros, as feministas de todo o país se organizam para discutir questões da condição feminina, mas também para enfrentar aquele momento político nacional. (SCHUMAHER e BRAZIL, 2000).

No mesmo período, dois acontecimentos marcaram o feminismo fluminense. Em 1971, a visita de Betty Friedan, que teve grande repercussão na imprensa suscitando

debates sobre a condição feminina. E em 1975, a *Semana de Pesquisa sobre o Papel e o Comportamento da Mulher*, realizado na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), evento que marcou o início da nova onda de feminismo no país e que teve como fruto a fundação do Centro da Mulher Brasileira (CMB), que foi a primeira organização feminista dessa nova fase.

Cabe também registrar a fundação, nos anos seguintes, do primeiro Núcleo de Estudos sobre a Mulher em uma universidade brasileira, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, assim como a formação de importantes grupos de reflexão e pesquisa, como o Centro da Mulher Brasileira, o Ceres, o Brasil Mulher do RJ, o Coletivo Feminista e *Mulherando* (Idem, 2003).

Nos anos de 1980, com o lento retorno da democracia, a principal pauta do movimento feminista torna-se a participação política institucional das mulheres.

As feministas que se inseriram nos partidos políticos se dividiram em basicamente em dois desses: o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Poucas mulheres se candidatam e menos ainda são eleitas nas primeiras eleições diretas em 1982. Porém, tendo permanecido a pressão do movimento feminista, foram criados no ano seguinte os primeiros Conselhos Estaduais da Condição Feminina em São Paulo e Minas Gerais⁷, estados em que o PMDB havia vencido. E em 1985, o governo federal cria o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, vinculado ao Ministério da Justiça, sendo a primeira política pública para as mulheres fora da área da saúde.

A sintonia entre o Conselho Nacional, a bancada feminina no Congresso Nacional Constituinte, o movimento feminista e outros permite que mais de 80% das reivindicações encaminhadas aos constituintes na área dos direitos da mulher seja aprovada (SCHUMAHER e BRAZIL, 2000).

De 1977 a meados dos anos 1980, o *Oito de Março* torna-se a data oficial dos encontros estaduais do movimento no Rio de Janeiro, que em 1984 funda o seu Fórum Feminista, um espaço autônomo de confluência das ações e propostas das mulheres fluminenses (Idem, 2003).

Nessa nova fase, as possibilidades de rumos para o movimento se ampliam. Parte das feministas defende a institucionalização do movimento, aproximando-se da esfera estatal; outras, preocupadas em preservar sua autonomia, percebem esse caminho como uma forma de cooptação. Algumas optam pelo feminismo acadêmico, criando núcleos de

⁷ No caso do Rio de Janeiro, registra-se a criação do Cedim – Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – em 1987.

pesquisa de estudos sobre a mulher em diferentes universidades pelo país. Outras preferem fortalecer a organização de núcleos autônomos, principalmente em torno de dois temas: violência e saúde. Todas essas alternativas ampliam as possibilidades de ação do movimento, mas por outro lado, geram novas divisões internas.

Nos anos de 1980, a história do pensamento feminista, que é uma história da recusa da construção hierárquica entre masculino e feminino e uma tentativa de reverter ou deslocar seus funcionamentos, é marcada pelo desenvolvimento da categoria gênero. Muitas vezes utilizada de forma análoga a classe e raça, essa é entendida como um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e um modo de dar significado à relações de poder (SCOTT, 1990).

Dessa forma, essa categoria transcende o reducionismo biológico muito presente até então, interpretando as relações entre homens e mulheres como formulações culturais resultantes da imposição de significados sociais, culturais e psicológicos sobre identidades sexuais. (STOLCKE, 1991).

Rapidamente incorporado pelo meio acadêmico, apesar de seu significado e implicações políticas nem sempre serem claros, a categoria gênero passa a ser utilizada de diversas formas. Algumas vezes, como reconhecimento do caráter relacional implicado nos estudos sobre mulheres, outras vezes, apenas como sinônimo de mulheres. Por exemplo, muitos estudos sobre mulheres passaram a se intitular como estudos de gênero, por ter uma conotação mais “neutra e objetiva” que supostamente teria maior legitimidade institucional, por não implicar necessariamente em uma tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder (SCOTT, 1998).

Em entrevista concedida a pesquisadoras brasileiras, a mesma autora identifica que o problema da idéia de gênero é o fato de alguns(mas) pesquisadores(as) terem cristalizado o homem e a mulher em uma relação conhecida de antemão, feito grandes generalizações que fizeram o termo perder a ressonância histórica. Além disso, ressalta a importância de pensar a história dos conceitos, inclusive o de gênero, que foi apropriado por cientistas sociais, que nem sempre são feministas.

Os anos de 1990 foram marcados por uma retração na maioria dos movimentos sociais e no feminismo não foi diferente. O movimento já não tinha mais a mesma expressividade, tendo que enfrentar inclusive manifestações *antifeministas*. Pinto indica duas questões importantes para entender esse novo momento: a dissociação entre o pensamento e o movimento feminista e a profissionalização do movimento por meio do aparecimento de organizações não governamentais - ONGs – voltadas para as questões

das mulheres. Afirma ela que nesse momento, *enquanto o pensamento feminista se generaliza, o movimento, por meio das ONGs, se especializa* (2003: 91).

Prossegue reconhecendo as ONGs como a expressão mais pública do feminismo na virada do século, pois embora haja outras múltiplas manifestações de mulheres na luta por seus direitos, em movimentos populares, sindicatos, partidos políticos etc, nem sempre essas se organizam como feministas.

Nos anos de 1990 e de 2000, algumas conquistas se destacam no contexto nacional, tais como a criação de leis como a de Cotas, que assegura um mínimo de 25% das candidaturas de mulheres por partido ou coligação para concorrer às câmaras legislativas, a que pune o assédio sexual e, mais recentemente, a Lei Maria da Penha⁸; a criação em 2003 da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e a realização das I e II Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (2004 e 2007), que deram origem aos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres; e, por fim, o retorno do aborto à pauta das discussões públicas.

1.1 – Mulheres pelo direito à diferença

Os movimentos sociais se constituem como um campo de ação social coletiva de caráter sociopolítico e/ou cultural, que viabilizam diferentes formas da população se organizar e expressar suas demandas, demarcando interesses, identidades, subjetividades e projetos de grupos sociais específicos (GOHN, 2003).

Segundo Melucci (2001), os movimentos contemporâneos são sistemas de ações, redes complexas de relações entre níveis e significados diversos da ação social que estão radicados em uma identidade particular, que se torna ponto de apoio para um apelo mais geral, um modo de tornar visíveis problemas e lugares em jogo que vão para além do grupo na sua especificidade. Dessa forma, esses movimentos têm se apresentado como um sinal, anunciando a transformação possível no hoje.

Nas análises feitas por Touraine (2007), a transformação de uma experiência pessoal em ação e em uma consciência coletiva ocorre diretamente quando a experiência individual é aquela de uma dominação coletiva. Segundo o autor, apesar das mulheres combaterem a dominação masculina, diferente de outros casos, os homens não são percebidos como seus inimigos. Na verdade, as mulheres se opõem à opressão provocada por um modo de organização e representação na sociedade. Dessa forma, elas buscam

⁸ Assim ficou nacionalmente conhecida a Lei 11.340, promulgada em 2006, que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, estabelecendo medidas para a prevenção, assistência e proteção às mulheres em situação de violência.

formas múltiplas e variáveis de atingir os diversos níveis do sistema social para reverter essa situação.

No caso do feminismo, sua origem está na diferença, uma diferença muitas vezes “justificada” na natureza, no fato de possuir um corpo diferente daquele do homem. Nesse sentido, a reivindicação não é só por equidade de direitos, mas também pelo direito de ser diferente, de ter reconhecida uma forma diferente de perceber a realidade, de se relacionar com o(a) outro(a) e com o mundo. Ao falar de diferença, as mulheres não falam apenas de si, mas de toda a sociedade, de uma lógica onde diferença quer dizer poder, relações de dominação; dessa forma, abrem espaço para a discussão de outros tipos de diferença e dão origem à transformação pessoal e social. (MELUCCI, 1984).

Outra característica desse movimento e, ainda segundo Melucci (2001), onde se encontra sua fragilidade, mas também sua força, é que ao falar de uma mudança geral as mulheres incluem a própria mudança. Elas querem mudar a representação de si mesmas que a vida social impõe e tentam estabelecer a relação mais direta possível entre o seu modo de agir e o seu desejo de se constituir enquanto atrizes relativamente unificadas.

O feminismo, como movimento social, apesar de externamente ser visto como um fenômeno coletivo único, contém muitos significados em seu interior, formas de ação e modos de organização muito diferenciados. Em relação à fragmentação, Pinto (2003) lembra que essa tem sido uma constante do movimento, com múltiplas manifestações, objetivos e pretensões, com momentos unitários efêmeros e objetivos muito específicos.

Um exemplo disto é a forma como o movimento encontra-se organizado no Rio de Janeiro. Apesar de contar com um movimento feminista atuante, com várias militantes e instituições respeitadas nacional e internacionalmente, não se consolidou no estado um fórum feminista capaz de reunir sistematicamente ao longo do ano as diferentes vozes do feminismo local em torno de temas consensuais, assim como já houve em outras épocas e ainda há em outros estados do país. Há algum tempo que parte representativa dessa diversidade consegue se encontrar apenas para promover um ato unificado⁹ uma vez ao ano, em geral, a passeata do Dia Internacional da Mulher, no dia *Oito de Março*, o que não significa que sempre se alcance essa unidade. Assim como observou Teixeira (1991) nos anos 1980, mesmo em períodos de desarticulação, essa data ainda propicia momentos de aglutinação e vitalização do movimento feminista no Rio de Janeiro.

⁹ Assim são chamadas as manifestações públicas que reúnem parte significativa do movimento no Rio. Por exemplo, no Dia Internacional da Mulher, anualmente tem as atividades de cada grupo e o ato unificado, que salvo raras exceções, é uma passeata da Candelária à Cinelândia.

1.2 – Contexto atual do Movimento no Rio de Janeiro

As várias vozes do feminismo são identificáveis em qualquer instância do movimento. Em nível nacional, por exemplo, é possível identificar uma série de articulações feministas que têm semelhanças, mas que também têm muitas discordâncias. Para uma aproximação analítica do movimento feminista, portanto, fez-se necessário conhecer melhor as partes que o compõe, porém, a fragmentação é grande. Seria impossível dentro dos limites desse trabalho, e este não é seu objetivo, apresentar cada grupo feminista do Rio de Janeiro. Por isso, para essa investigação tomou-se como referência as duas principais articulações feministas com relevante atuação estadual e nacional, que juntas agregam boa parte do movimento, que são elas a Articulação de Mulheres Brasileiras e a Marcha Mundial das Mulheres¹⁰.

A AMB nasce no Rio de Janeiro durante o processo de preparação para a IV Conferência Mundial da Mulher, conhecida como Conferência de Beijing, realizada em 1995 pela ONU. Inicialmente, era apenas uma articulação das mulheres brasileiras para participar desse evento na China. No entanto, ao retornarem, as mulheres decidiram que era importante dar continuidade e ampliar para todo o país a mobilização feita.

Com a finalidade de potencializar a luta feminista das mulheres brasileiras nos planos nacional e internacional, a AMB é composta por fóruns, redes e articulações feministas municipais ou estaduais, que se organizam de forma autônoma, com critérios de participação diversos. No Rio de Janeiro, apenas grupos do movimento de mulheres, organizações feministas ou feministas autônomas podem participar da articulação, o que recentemente voltou a ser alvo de discussões internas. Partidos políticos ou grupos mistos, compostos por mulheres e homens, por exemplo, não são admitidos por essa articulação no Rio de Janeiro, porém podem participar em outros estados brasileiros.

A AMB organiza-se nacionalmente da seguinte forma: existe um Comitê Político Nacional, composto por três representantes de cada estado; uma Coordenação Nacional, composta por uma representante de cada regional; e a Secretaria Executiva, composta por três representantes nacionais, atualmente, todas do Nordeste. Essas representações são referendadas em encontros nessas diferentes instâncias; o encontro nacional, por exemplo, acontece a cada três anos.

A ação dessa articulação é orientada para a transformação social e a construção de uma sociedade democrática, tendo como referência a *Plataforma Política Feminista*¹¹ -

¹⁰ As informações sobre a AMB e a Marcha presentes nesta seção estão baseadas em suas respectivas páginas eletrônicas e entrevistas nas entrevistas realizadas com para esta investigação.

¹¹ Esse documento é resultado de um processo de 26 conferências estaduais convocadas por movimentos de mulheres de todo o país, que foi concluído com a realização da Conferência Nacional

construída por setores do movimento de mulheres do Brasil, em 2002, com a finalidade de ser “*um instrumento dos movimentos de mulheres para o diálogo, crítico e provocativo, para o confronto e para a negociação com outras forças políticas e sociais no Brasil*” (Plataforma Política Feminista, 2002: 6). A AMB tem como prioridades: a mobilização pelo direito ao aborto legal e seguro, a ação pelo fim da violência contra as mulheres, o enfrentamento da política neoliberal, a organização do movimento e a luta contra o racismo.

Por volta de 1998, chega ao Brasil um movimento chamado Marcha Mundial das Mulheres. Inspirada na marcha *Pão e Rosas*, realizada em 1995, entre Quebec e Montreal, no Canadá, por cerca de 850 mulheres que protestavam contra a pobreza. Esse movimento propunha a realização de uma ação feminista mundial entre 08 de março e 17 de outubro de 2000, contra a pobreza e a violência sexista. Nesse período foram recolhidas em todo o mundo cerca de cinco milhões de assinaturas em documento de apoio às suas reivindicações entregue à ONU. No Brasil, a Marcha teve adesão de diversos movimentos de mulheres e feministas, inclusive da AMB.

Devido ao êxito da ação realizada em 2000, vários países decidiram dar continuidade a esse movimento, que se tornou uma articulação permanente. O Brasil foi um deles. Entretanto, nem todos os grupos e instituições que participaram na primeira etapa quiseram permanecer nessa articulação, o que pode ser atribuído a diferentes fatores, dependendo do período e do ponto de vista de quem os identifica. Esses vão desde a proposta de priorizar a participação na AMB, da qual muitos já faziam parte, passam pelos graus de radicalidade desejados, até divergências quanto à forma de organizar o movimento, à filiação partidária e ao projeto de sociedade reivindicado.

De acordo com sua página eletrônica oficial da Marcha no Brasil é composta por cerca de 300 grupos autônomos, organizações não-governamentais e comitês de mulheres dentro de grupos mistos (formados por homens e mulheres), que discutem e divulgam as pautas e participam das iniciativas do movimento. Suas participantes se encontram em plenárias estaduais periódicas onde escolhem suas representantes na Coordenação Estadual e o grupo/instituição que se responsabilizará pela Secretaria Estadual, o mesmo acontecendo em âmbitos nacional e internacional.

Nos últimos anos suas principais reivindicações têm sido contra a pobreza e a violência sexista, pela valorização do salário mínimo, pelo direito à terra, pela legalização do aborto, contra a mercantilização do corpo e da vida das mulheres, pelos direitos das

lésbicas, contra o tráfico sexual, contra o deserto verde¹², contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e Organização Mundial do Comércio (OMC), por mudanças na política econômica e pela reforma urbana.

A fim de, entre outras coisas, reconstituir parte dessa história a partir de sua vivência, foram entrevistadas duas feministas adultas. Simone, 39 anos, vinda do movimento sindical, se aproxima do feminismo aos 16 anos, quando é convidada para uma reunião do Fórum Feminista do Rio de Janeiro por uma militante do PT. Já foi da Marcha, atualmente é feminista autônoma, é uma das três representantes do Rio de Janeiro no Comitê Político Nacional e a única da Região Sudeste na Coordenação Nacional de AMB. E Rosa, 51 anos, vinda do movimento estudantil universitário; começa a se engajar no feminismo por volta dos 22 anos, por questionar a realidade das mulheres do seu entorno, principalmente aquelas da sua família. Entre 2000 a 2007, foi representante do Rio de Janeiro no Comitê Nacional da Marcha e responsável pela Secretaria Estadual da Marcha/RJ e é fundadora e coordenadora geral de uma ONG feminista.

Para Rosa, o primeiro grande rompimento na Marcha acontece quando alguns grupos discordam da continuidade do movimento no final de 2000 e se desligam dessa articulação. É nesse momento que a ONG por ela coordenada assume a Secretaria Estadual, *“por ser uma organização de mulheres que não tem vínculos partidários, nem as suas militantes têm uma ligação mais direta, digamos um compromisso partidário”*, nas suas palavras.

Outro momento de *“revés”* identificado é aquele em que ocorrem as discordâncias internas entre as mulheres da Democracia Socialista (DS), uma das tendências políticas internas do PT¹³ e que sempre teve uma atuação intensa na Marcha. Ao final desse processo, parte das militantes da DS rompem com o PT e vão trabalhar na criação do PSOL – Partido Socialismo e Liberdade. Os dois grupos passam a disputar espaço dentro da Marcha, até que as mulheres do PSOL deixam a articulação.

Para Simone, que foi secretária da Marcha em 2000, da qual participou até 2002 representando outra ONG feminista, o grande rompimento se deu por ocasião da construção da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, processo através do qual foi elaborada a Plataforma Política Feminista, que foi organizada pela AMB e outras articulações feministas,

¹² Assim são conhecidas as áreas de monocultura de eucalipto e pinus pelos danos ambientais e sociais que causam.

¹³ De acordo com o Estatuto do Partido dos Trabalhadores, *“tendências são agrupamentos que estabelecem relações entre militantes para defender, no interior do Partido, determinadas posições políticas, não podendo assumir expressão pública e declarar-se de vida permanente”*. Consultar <http://www.pt.org.br/portalpt/images/stories/textos/estatutopt.pdf>.

tais como Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras e Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.

Naquele momento (dentro de um contexto pré-eleições presidenciais), segundo Simone,

A Marcha entendia que esse era um processo que não era radical e que não queria participar, fazia uma crítica muito forte. (...) dentro da Marcha dizia: quem era da Marcha não podia construir a Conferência. Então, muitas organizações, como Criola¹⁴ e outras saíram da Marcha nesse mesmo período.

Indagadas sobre a diferença entre a AMB e a Marcha nos dias de hoje, há um consenso entre as entrevistadas na ênfase dada pela primeira à formação de suas militantes e pela segunda às manifestações de rua.

Nas palavras de Simone:

Veja bem, a AMB se dedica muito à questão da formação, a gente tem um foco muito direcionado na formação feminista para as mulheres. E isso, parece, eu estou dizendo por que eu já fiz essa pergunta pra Nalu [uma das coordenadoras nacionais da Marcha] e ela não soube me explicar, mas o que eu entendi da fala dela é que elas acham que essa forma de atuação da AMB não é radical, defendem um feminismo mais radical. Não entendo muito, mas inclusive nos fóruns que compõem a AMB – é legal registrar isso – existem fóruns que têm Marcha Mundial das Mulheres e AMB. Nos nossos encontros da AMB têm mulheres com camisetas da Marcha Mundial das Mulheres e não tem problema nenhum pra AMB, a gente não tem nenhum questionamento, a gente respeita muito o trabalho da Marcha, acha importante o trabalho da Marcha. Agora elas dizem que a nossa ação não é uma ação radical¹⁵ e a gente acha que deve trabalhar na formação, na rua e com ações radicais, mas conseguir fazer as duas pontes, não dá pra você só fazer ações radicais se você também não se preocupa com uma formação mesmo, uma base dessas mulheres.

Em outro momento da entrevista, Simone faz referência velada à “radicalidade” da Marcha, ao citar o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que é ocupado por um quadro da DS e que tem financiado projetos das ONGs que coordenam a Marcha nacionalmente, quando ressalta que “*nacionalmente nós não temos nenhum projeto da SPM ou do Ministério da Agricultura, nada, porque queremos manter a nossa autonomia, e ser coerente com o nosso discurso*”.

Já para Rosa:

R – (...) O que eu, superficialmente, o que é até perigoso falar, mas eu observo, é que a AMB depende de cada lugar, de cada estado. Tem estado que tem um trabalho de associativismo, de organização das mulheres e que está bem estruturado e também faz passeata, faz atividade, faz coisas

¹⁴ Criola é uma ong de mulheres negras do rio de janeiro. Consultar www.criola.org.br.

¹⁵ O termo “ação radical” é usado por feministas, principalmente da Marcha, para se referir a ações de rua ou de desobediência civil, como passeatas e pichação crítica.

lúdicas e que é feminista e anti-capitalista. Então, se hoje se eu disser assim, a diferença principal, o que eu vejo é que tem uma diferença, tem grupos políticos diferenciados em cada movimento desses, na direção. Porque no Rio de Janeiro a nossa experiência foi que quem está na Marcha circula também nas reuniões da AMB, não na sua totalidade, mas elas transitam com a maior tranquilidade, as mulheres de comunidade ou que tem acesso a isso. A direção é que dá impressão, que faz uma guerrinha, mas é guerra de espaço, de espaço e de poder, que são articulações, uma é uma coisa, outra é outra, mas se são anti-capitalistas e feministas, o método é que é diferente, a estratégia, como chegar...? Mas ao mesmo objetivo.

Julia (J) – *E aí, qual é a diferença do método?*

R – *Eu acho que hoje a AMB construiu os seus quadros mais técnicos e a Marcha mais militantes.*

Desde que saiu da Secretaria da Marcha, Rosa e a ONG de que ela e Olympe fazem parte continuam na articulação, mas de forma menos ativa, fazendo críticas a algumas práticas e, informalmente, à hegemonia da DS na sua coordenação.

Cabe mencionar que, embora nenhuma das entrevistadas, nem da Marcha, nem da AMB, fale explicitamente, no cotidiano do movimento a Marcha é reconhecida como sendo da DS. As entrevistadas da Marcha, principalmente Alexandra, em suas falas destacam a participação de grupos não vinculados a essa tendência e mesmo suas militantes muitas vezes não são identificadas pela filiação à DS e sim por sua inserção em outros espaços.

No que se refere à participação, Simone afirma que, diferente de outros fóruns estaduais, na AMB-Rio participam muitas feministas autônomas, várias organizações feministas e alguns movimentos de mulheres de outros municípios do estado.

Já na Marcha do Rio, segundo Rosa, a composição da Marcha é majoritariamente de grupos populares e que cerca de 40% das militantes são jovens. Perguntada sobre o perfil dessas, a resposta é que se trata predominantemente de jovens brancas e de classe média. Segundo Alexandra, uma das jovens entrevistadas que está a frente da Marcha desde 2007: o *“último processo [mudança da Secretaria Estadual] afunilou muito a Marcha entre as mulheres da DS e as mulheres mais populares”*. Em 2007 foi tirada uma Secretaria Estadual colegiada, composta por quatro grupos, mas pelo descrito pela mesma jovem no período em que foi entrevistada não estava funcionando. Suas tarefas haviam sido assumidas por aquelas que freqüentam e participam mais das reuniões mensais.

Cabe registrar que tanto na Secretaria oficial, quanto entre as pessoas citadas como tendo assumido o processo, o número de jovens é expressivo, pelo que foi possível observar, praticamente todas provenientes de setores do movimento estudantil vinculados à DS, o que não é citado explicitamente por nenhuma das entrevistadas.

Até final de 2007, quando uma ONG era a Secretaria Estadual, as jovens vinculadas a essa instituição, que atua em bairros empobrecidos da região metropolitana do Rio de Janeiro, também participavam ativamente da Marcha. Uma delas, Olympe, que no período da entrevista dizia-se em crise com essa articulação, critica o lugar destinado às jovens, que segundo ela nunca estão nos espaços de decisão. Quando questionada em relação à presença de tantas jovens na liderança estadual, ela explica, sem dar nome à tendência:

“(...) quem está na Marcha hoje? Jovens que fazem parte de uma tendência, que é a mesma tendência nacional e que a nacional pode controlar o que faz e o que não faz. E um dos grandes motivos é ser jovem, que vão obedecer, que seguem as nossas regras, porque têm toda a legitimação e representam o que o partido entende de hierarquização.”

1.2.1 – O movimento para além das grandes articulações

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, tal como em outros lugares, o feminismo se constitui em uma rede social formada por mulheres sem vinculação institucional ou organizadas de diferentes formas: em grupos comunitários, organizações não governamentais, núcleos de mulheres de sindicatos, movimentos estudantis e partidos políticos. Além da diversidade em termos de grupos de origem e articulações, as feministas poderiam ser agrupadas de várias outras formas: pela classe social, pelo pertencimento racial, pela orientação sexual, pela geração, pelo tempo de militância, pelas proximidades político-ideológicas, entre outros.

Embora a horizontalidade e a equidade façam parte dos princípios do feminismo, como apontado por Teixeira (1991), nos dias de hoje ainda aparenta ser um grande embaraço para o movimento feminista lidar com a pluralidade de mulheres e conviver com as várias identidades sociais das suas militantes. Conforme também sinaliza Costa: *“problemas da convivência e de hierarquias sociais entre mulheres desiguais por posição de classe, status intelectual e profissional, de raça/etnia e mesmo geração, longe estão de ser equacionados”*.

Observando seu cotidiano é possível perceber a existência de um sistema de prestígio que classifica esses diferentes segmentos. Por exemplo, no topo desse sistema encontram-se as feministas ditas *históricas*, ou seja, aquelas que estão há mais tempo no movimento, que vivenciaram seu período de efervescência (segunda metade dos anos 1970), representam instituições consolidadas e que, em geral, estão presentes apenas nos grandes eventos. No outro extremo encontram-se as lideranças comunitárias, começando pelas mais empobrecidas, menos escolarizadas e com grupos menos estruturados.

As expectativas em relação a esses grupos também são diferentes, na organização de uma passeata, por exemplo, espera-se que as primeiras paguem uma faixa de abertura

ou um carro de som, e das outras que tragam os grupos de mulheres de suas comunidades, sendo necessário para isso a colaboração dos demais grupos para cobrir as despesas com o transporte. Esta situação evidencia também como as relações financeiras estabelecidas a partir de distintas posições de classe impactam em termos sociais o movimento.

Nesse contexto, as ações feministas podem ser feitas por cada um dos grupos isoladamente, em pequenas parcerias, por alguma das articulações citadas ou tentando agregá-las entre si e a outros grupos que não são vinculados a nenhuma das duas, como por exemplo, outros movimentos sociais.

Passados seis anos do período de maior polarização entre AMB e Marcha, no período da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras (2002), essas duas articulações têm atuado conjuntamente com frequência. Algumas situações têm propiciado uma maior coesão entre as feministas do Rio de Janeiro em outros momentos além do *Oito de Março*: em 2007, o processo de conferências de políticas para as mulheres, especialmente aquela da capital¹⁶; em 2008, a campanha da feminista Jandira Feghali, candidata à prefeitura da mesma cidade e o assassinato da jovem Eloá pelo ex-namorado¹⁷.

Esse último episódio provocou uma resposta conjunta e imediata através da divulgação de um manifesto que teve ampla adesão, inclusive fora do movimento, e da organização de dois atos públicos: um realizado logo após o ocorrido e outro no Dia Internacional de Combate à Violência contra Mulher (25 de novembro), data que há muito tempo não contava com um ato unificado.

As conferências de políticas para as mulheres são espaços de intensos conflitos e disputas internas, mas também externas ao feminismo, pois qualquer mulher ou grupo pode participar, não apenas as feministas, visto que são liderados pelo governo federal. Essas disputas se dão tanto em termos de demandas de políticas públicas, quanto de legitimidade para representação na Conferência Nacional, assim, observar as reordenações ocorridas neste processo permite conhecer melhor como funciona o movimento no Rio de Janeiro e suas sub-redes.

Na busca de melhor compreender as diferentes relações no interior do movimento feminista mais amplo, tomou-se como exemplo a II Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres. Concordo com Gilberto Velho quando este afirma que:

¹⁶ Na cidade do Rio de Janeiro, a primeira responsável pela Conferência Municipal, isto é, a Prefeitura da Cidade, não tomou nenhuma iniciativa. Diferentes grupos e organizações de mulheres da sociedade civil, principalmente as duas articulações em foco, assumiram a realização do evento, com o apoio do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM) e de alguns(mas) poucos(as) representantes da Câmara dos(as) Vereadores(as).

¹⁷ Em outubro de 2008, Eloá, 15 anos, foi mantida refém por 5 dias e assassinada por seu ex-namorado dentro da própria casa em Santo André/SP e sua amiga Nayara foi atingida com um tiro no rosto.

O estudo de conflitos, disputas, acusações, momentos de descontinuidade em geral é particularmente útil, pois, ao se focalizarem situações de drama social, podem-se registrar os contornos de diferentes grupos, ideologias, interesses, subculturas etc. (2004: 133)

Em 2007, o Presidente Lula convocou II Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, evento que seria a culminância das conferências estaduais, que por sua vez agregariam as contribuições daquelas municipais. Os governos dessas diferentes instâncias eram os primeiros responsáveis na organização destas conferências, com ampla participação da sociedade civil.

Contando com a participação de 600 delegadas, dos 64 municípios do estado e representando várias orientações político-ideológicas, as feministas presentes estiveram mais unidas em termos de pautas para as políticas públicas, tais como, o fim do ensino religioso na rede pública ou a legalização do aborto, do que na disputa pela delegação para a Conferência Nacional, para a qual havia apenas 154 vagas.

Para essa segunda disputa, foi formada uma comissão composta por representantes dos vários segmentos presentes: articulações feministas, setoriais de mulheres de partidos e sindicatos, feministas autônomas, acadêmicas, associações de mulheres, grupos religiosos, entre outros, para trabalhar uma composição de chapa de delegadas para Conferência Nacional que contemplasse a diversidade presente.

Entre as jovens da cidade do Rio aconteceu que, em um primeiro momento, quando se reuniram na Conferência Estadual para discutir uma possível delegação jovem para a Conferência Nacional, boa parte das presentes era vinculada a uma das duas articulações em foco nesse estudo. As jovens da Marcha que também eram vinculadas à DS, claramente defenderam uma delegação que priorizasse a representação partidária, nem que para isso fosse necessário defender uma super-representação de movimentos mistos, que contam com a participação de homens também, quando o feminismo sempre priorizou os grupos de mulheres.

Concretamente, aconteceu que trabalhando com a idéia de quatro vagas para as jovens, uma das militantes da Marcha/DS propôs a seguinte composição: uma representante da juventude partidária, uma da juventude sindical, uma do movimento estudantil secundarista e outra do universitário. Lembrando que a maior parte das militantes desses movimentos também eram militantes de partidos, é interessante notar que apenas uma, das quatro jovens que representariam os grupos acima citados, não era do PT.

Além disso, a proposta de delegação juvenil não contemplava sequer uma representante dos núcleos de juventude das organizações não governamentais ou das

articulações feministas presentes, sob alegação de que essas entrariam nas vagas dos seus grupos de origem. Na verdade, o mesmo poderia ser dito também da juventude partidária e sindical, pois também estavam representadas na comissão responsável pela chapa geral. Por fim, essa discussão não teve validade, pois a comissão geral decidiu que cada segmento ali representado teria o compromisso de incluir jovens na sua delegação.

Divulgada a proposta de lista final da delegação para a Conferência Nacional, a jovem que seria representante da juventude partidária na discussão das jovens reaparecia, porém constando como representante da AMB. Betty, a jovem da AMB entrevistada, relatou que já participava da articulação nessa época e que nunca viu essa jovem em uma reunião. Vale lembrar que uma das distinções que a AMB reivindica em relação à Marcha é a relação que estabelece com os partidos políticos, dos quais diz não sofrer influência.

Outra situação interessante aconteceu depois de definida a delegação da Marcha. Uma feminista negra “X”, que não faz parte da Marcha, foi cobrar a inclusão de outra feminista negra militante “Y” na delegação da Marcha. Diante da recusa de alteração na composição das delegadas da Marcha, sob argumento de que estavam sendo priorizadas outras feministas negras que eram mais atuantes, “X” saiu em busca de outras correntes do movimento para tentar incluir “Y”. Ou seja, ainda que “X” e “Y” fizessem parte de grupos diferentes dentro do movimento, a identificação racial, e talvez de amizade, se sobrepunha.

Esses exemplos permitem observar que redes que pareciam bastante efetivas, dentro dessa *rede estendida* que pode ser considerado o movimento feminista no Rio de Janeiro (EPSTEIN, 1969), não funcionaram dessa forma na hora dos acordos para escolher a delegação para a Conferência Nacional. Mesmo em um contexto em que as relações e articulações dentro do movimento feminista supostamente seriam priorizadas, o pertencimento a outras redes e filiações foram acionadas e negociadas de acordo com o momento e a questão em pauta. Faz-se necessário refletir também sobre o lugar que esse movimento ocupa entre as demais redes às quais suas militantes são vinculadas ou sobre como têm sido a relação do movimento com outras formas de organização.

Capítulo 2 – FEMINISMO E JUVENTUDE

Mannheim (1993) afirma que para pertencer à mesma geração não é suficiente a mera contemporaneidade biológica, é preciso que além de nascidos no mesmo período e no mesmo âmbito histórico-social, haja algum tipo de vinculação concreta entre seus membros.

Nesse sentido, diferentes estudos sobre juventude (ABRAMO e BRANCO, 2005; IBASE e PÓLIS, 2006) têm destacado as diversas formas de viver a juventude. Esta experiência se apresenta de maneira muito distinta de acordo com o gênero, o pertencimento racial, a classe, a orientação sexual, o local de moradia e a região do Brasil, entre outros recortes que interferem cotidianamente nas possibilidades de inserção social desses sujeitos.

Como categoria analítica, esse conceito passou por várias definições ao longo de sua história, ora focando a faixa etária, ora elementos físicos e comportamentais, delimitando construções que associavam os(as) jovens à preparação para a vida adulta, a problemas sociais ou ao papel de agentes de transformação social. No Brasil, somente a partir de meados da década de 1990, jovens começam a ser vistos como sujeitos de direitos, com necessidades, potencialidades e demandas singulares. Cabe ressaltar que tais análises privilegiaram o estudo de jovens no espaço urbano.

Nos movimentos sociais, mesmo tendo contado ao longo de suas histórias com a participação de sucessivas gerações de jovens, constata-se que somente nos últimos anos os(as) jovens passaram a reivindicar no interior deles *espaços específicos de discussão e pautas também específicas* (ABRAMO e LÉON, 2005: 27).

Nos anos de 1990, assim como boa parte dos movimentos sociais, o feminismo sofreu certo refluxo, que teve como uma de suas marcas o raro ingresso de jovens militantes. As hipóteses levantadas para justificar esse já citado refluxo oscilam entre apontar o desinteresse das jovens em se aproximar do movimento e a ausência de ações das militantes de então voltadas para conquista das novas gerações¹⁸.

A fala da, então, coordenadora nacional da Marcha Mundial das Mulheres, em entrevista ao Jornal da Cidadania ilustra a afirmativa acima no que se refere à ausência de investimento na aproximação de novas jovens: *“Foi em 2002 que a participação de mulheres jovens se intensificou [na Marcha], **sem fazermos muito esforço**”*.¹⁹

¹⁸ Ainda que seja possível identificar projetos pontuais promovidos por ONGs feministas voltados para jovens nos anos de 1990, estas poucas iniciativas parecem não ter investido ou se revertido em um engajamento das participantes no feminismo.

¹⁹ Grifo meu. Jornal da Cidadania nº 133, mar/abr de 2005.

Algumas questões podem ser levantadas na tentativa de problematizar este suposto desinteresse mútuo.

Como sinaliza Abramo (2007), a visibilidade social da juventude nos anos 90 está relacionada a diversos tipos de ações individuais e coletivas, porém a maior parte dessas ações continua sendo associada pelo senso comum aos traços do individualismo, da violência, do desregramento e do desvio. Um exemplo dessa visão é a forma como os meios de comunicação apresentam a juventude. Apesar de venderem o ideal da “eterna juventude” como válido para todos(as), é recorrente também que os(as) jovens, principalmente se pobres, sejam apresentados nos jornais, revistas, noticiários, matérias analíticas e editoriais associados(as) a problemas sociais, como violência, crime, exploração sexual, drogadição ou às medidas para enfrentar tais questões.

As principais referências do feminismo no Rio de Janeiro iniciaram sua militância na década de 1970, marcada pelos anos de efervescência de diversos movimentos sociais e de intensa atuação política da juventude e da sociedade em geral. É possível que ao compararem o atual engajamento da juventude com suas referências geracionais, muitas delas tenham tendência a compartilhar e reforçar as negativas representações, como as de alienação e apatia, em relação à juventude contemporânea.

Esta posição comparativa entre as formas de participação das antigas e novas gerações indica a ausência de análises que atualizem o momento histórico, político e social vivenciado pelas(os) jovens de hoje. Revela também que estão sendo desconsideradas formas de participação não convencionais, como grupos artísticos e religiosos, através das quais é possível verificar uma ampliação dos interesses e práticas coletivas juvenis (DAYRELL e CARRANO, 2006). Um exemplo significativo de mobilização juvenil atualmente é a grande quantidade de jovens envolvida na realização das diferentes edições do Fórum Social Mundial, em especial, no Acampamento Intercontinental da Juventude.

Por sua vez, as jovens também parecem não ter se interessado muito pelo movimento, embora reconheçam que muitos dos direitos que gozam atualmente são frutos da luta das feministas em outras décadas. Pode ter contribuído para isto a falsa idéia prevalecente na sociedade brasileira de que os direitos das mulheres foram todos conquistados por ocasião da Constituição de 1988, tornando desnecessária a continuidade do movimento.

Outra possibilidade é que as jovens tenham acreditado nas representações equivocadas vigentes no senso comum, que apresentam o feminismo como “o machismo ao contrário”, isto é, como um movimento que pretende que as mulheres sejam as opressoras dos homens ou de mulheres que desejam ser homens; ou ainda, como um movimento

formado por mulheres *mal-amadas*, histéricas, feias e/ou homossexuais, características às quais elas não querem ser associadas.

Esse estigma é constatado por Souza (2006) em pesquisa junto às jovens criadoras do grupo Melanina²⁰, que fazem questão de se afirmar femininas e não feministas, pois não querem ser vistas como um grupo de mulheres que discrimina ou que não gosta de homens.

Duas das jovens entrevistadas para esta pesquisa também afirmam que compartilhavam essas percepções negativas antes de se aproximarem do movimento, as outras duas não lembram, e todas, ao se identificarem como feministas fora dos espaços do movimento, são questionadas se não gostam de homem, passam pela suspeita de serem lésbicas ou são vistas como radicais.

Essas representações sobre o feminismo e suas militantes, compartilhadas não só pelas jovens, mas também por boa parte da população, foi construída ao longo da história, com participação de vários setores da sociedade, inclusive de alguns considerados progressistas.

Um exemplo disto é O Pasquim, jornal alternativo publicado a partir de 1969, que teve seu auge na metade dos anos 1970. Segundo Soihet (2005), apesar de inspirado na contra-cultura norte-americana e voltado para o combate ao autoritarismo nacional, inúmeras vezes esse impresso assumiu postura misógina, ridicularizando feministas e desqualificando suas reivindicações.

Outro exemplo, mais recente, de como essas representações do feminismo se apresentam no senso comum é a associação pela grande mídia de Tati Quebra Barraco – cantora carioca de funk – ao feminismo por cantar músicas como *Tapinha Nada*²¹, que traz versos como “*Tapinha nada, nu meu homi eu dou porrada*”. (FERNANDES E GRANATO, 2007). Nesse caso observa-se o reforço da idéia de feminismo como “machismo ao contrário”, como se a proposta fosse que as mulheres deixassem de apanhar para passar a bater nos homens. Ao longo da música é possível encontrar ainda vários trechos em que ela ordena ao homem lavar a roupa, fazer comida, ir ao mercado, ficar com as crianças para ela ir “curtir”, fazer o que ela manda, ou seja, reitera insistentemente a inversão da relação de dominação.

Todas essas representações presente no senso comum e cotidianamente atualizadas pela mídia deturpam e estigmatizam o feminismo, quando seu compromisso é

²⁰ Segundo Souza (2006: 7), “o grupo Melanina, fundado em 2004 no Rio de Janeiro, se propõe a atuar entre mulheres de comunidades carentes, trabalhando e valorizando sua auto-estima através da mídia e procurando reintegrá-las no mercado de trabalho”.

²¹ A letra da música encontra-se disponível em anexo.

justamente com a erradicação da ideologia de exploração e dominação sexista, racista, classista e heterossexista.

Apesar desse período de distanciamento, os últimos anos da década de 1990 registram a aproximação de algumas jovens mulheres às várias correntes do feminismo. Pelas entrevistas pode-se dizer que contribuiu para isto a constatação de que muitos dos direitos garantidos na lei não se concretizaram de fato para grande parte das mulheres, que ainda sofrem violências e cerceamentos pelo fato de ser mulher.

Essa reaproximação da juventude ao movimento feminista adquire maior relevância se considerarmos que, apesar dos avanços fundamentais obtidos pelo feminismo nos campos jurídico e político formal, ainda é necessário promover mudanças efetivas no que se refere às relações de gênero entre jovens e às políticas educacionais que colaborem para questionar as representações sociais tradicionais sobre as mulheres (CASTRO, 2004).

Como constata Costa (2008), as mudanças na condição das mulheres não foram suficientemente acompanhadas por mudanças na posição das mesmas. Ou seja, apesar da ampliação da renda familiar, do acesso das mulheres à saúde, à educação etc, não houve mudanças significativas na posição das mulheres, que na grande maioria continuam subjugadas, excluídas das esferas de decisão e sem autonomia.

A observação dos dados quantitativos e qualitativos sobre saúde reprodutiva (gravidez, aborto, uso de métodos contraceptivos etc) ou violência sexista junto às mulheres jovens, permite verificar que conquistas históricas do feminismo em relação ao próprio corpo e aos direitos sexuais e reprodutivos parecem não estar sendo suficientemente incorporadas e usufruídas pelas novas gerações, o que indica a insuficiência de ações voltadas para esse público.

Para citar um exemplo relativo à prática do aborto, tema muito caro às feministas, sejam elas jovens ou adultas, de acordo com o relatório da pesquisa Aborto e Saúde Pública, a maioria dos abortos no país é feito por mulheres de 20 a 29 anos de idade (ANIS e IMS/UERJ, 2008), assim como dados do Ministério da Saúde indicam que em 1998 mais de 170 mil mulheres entre 15 e 29 anos foram internadas, no Sistema Único de Saúde, por aborto incompleto (Rede Feminista de Saúde, 2005).

Outro exemplo importante refere-se à violência contra a mulher em suas diferentes formas, onde mais uma vez as jovens são as principais vítimas. Dados da Pesquisa sobre Violência Doméstica contra a Mulher, realizada pelo DataSenado (2007) informam que 72% das mulheres agredidas sofreram a primeira violência entre os 16 e 29 anos.

Os dados acima indicam que a intersecção entre a condição feminina e a juventude traz características específicas, assim como o recorte racial desses mesmos dados ofereceriam outras tantas questões relevantes. Kimberlé Crenshaw (2002: 177) afirma que:

A associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

A autora destaca ainda que para dar visibilidade e conscientizar a respeito do problema da subordinação interseccional poderia ser encorajada a adoção de uma política de *'fazer outras perguntas'*. No caso em tela seria interessante perguntar, por exemplo, se há uma condição geracional atuando na determinação de quais mulheres estarão mais sujeitas à prática do abortamento inseguro, à violência sexista, ao assédio sexual.

2.1 – Uma nova e múltipla identidade

A década de 1960 é um período de efervescência de diferentes movimentos sociais, inclusive aqueles em defesa dos direitos dos grupos chamados de “minorias”. Esses movimentos ampliam o campo político, sendo capazes de transformar questões que, até então, eram consideradas individuais em questões coletivas. Mostram que, para além da exploração existente nas relações de trabalho, outras formas de opressão co-existem em nossa sociedade, como por exemplo, aquelas de sexo e raça (SANTOS, 2005).

Esse contexto é marcado pelas discussões sobre políticas de identidades, dentre elas a questão da mulher. As feministas, acusadas pelo consenso marxista ortodoxo por pretensamente desviarem a atenção da luta de classes, efetivamente possibilitaram mudanças nas condições de vida de muitas cidadãs, e também de vários cidadãos, demonstrando a opressão sofrida pelas mulheres, questionando os papéis sociais atribuídos ao feminino e ao masculino e legitimando-se enquanto movimento social.

Internamente, entretanto, percebe-se que as experiências validadas e generalizadas eram aquelas das mulheres brancas, de classe média e heterossexuais. Assim, por pressão das mulheres fora desse perfil, inicia-se um processo que Biondi (2000) denomina “colocar hífen”, ou seja, em uma tentativa de afirmação de outras identidades, anteriormente, não visíveis ou reconhecidas dentro do movimento, muitas mulheres passaram, então, a identificar-se como “feminista-negra”, “feminista-lésbica”, “feminista-proletária”. Essa

iniciativa representou a introdução de novas questões e a legitimação de identidades que precisavam ser contempladas dentro do movimento.

No Brasil esse processo inicia-se nos anos de 1980 e intensifica-se na década seguinte, em especial com as mulheres negras e lésbicas. Assim como aconteceu em boa parte da América Latina, se tornaram novos desafios para o feminismo estimular o reconhecimento da diferença e do conflito na prática política do movimento, reconhecer o exercício do poder no seu interior e admiti-lo como recurso de transformação (LAMAS, 2000).

Pinto (2003) sinaliza, por exemplo, a segmentação das lutas por meio das inúmeras ONGs feministas espalhadas pelo país, com recursos e objetivos muito distintos. Cita o caso daquelas filiadas à Associação Brasileira de ONGs (Abong), dentre as quais se encontram organizações voltadas para mulheres rurais, portadora de HIV, parlamentares, negras, prostitutas etc.

Embora parte dessa fragmentação se deva à dinâmica do universo das ONGs, é possível afirmar que ela espelha as diferentes formas que o feminismo assumiu nesse período, como desdobramento da crítica ao feminismo excessivamente branco, classe média, intelectual e heterossexual.

Nota-se que, mesmo que muitas jovens participassem, ou talvez por representarem boa parte das militantes naquele momento, não havia o reconhecimento da identidade “feminista-jovem” e que sequer havia essa demanda.

Então, até a última década não era possível se falar nessa múltipla identidade, pois, de acordo com Melucci (2004:44), é difícil falar de identidade de um grupo (ou indivíduo), se não há *delimitação desse sujeito em relação aos outros, a capacidade de reconhecer-se e ser reconhecido e continuidade do sujeito, independentemente das variações no tempo e das adaptações ao ambiente.*

No Brasil, as questões referentes à condição juvenil²² adquiriram maior relevância somente nos últimos dez anos, o que contribuiu para que os debates sobre juventude ganhassem visibilidade envolvendo diversos atores e arenas públicas e se revertissem em políticas públicas voltadas especificamente para este segmento.

Esse maior reconhecimento e legitimação na cena pública vem demandando formas de participação ligadas ao exercício de uma cidadania especificamente juvenil, nas quais

²² Cabe realizar a distinção entre condição e situação juvenil. A primeira refere-se aos modos de representação dos sujeitos jovens em determinada sociedade e modelo cultural. Já a segunda, diz respeito às formas múltiplas e desiguais de experimentar a condição juvenil a partir de diferentes recortes, como por exemplo: de classe, gênero, raça, local de moradia, entre outros.

os(as) jovens começam a se reconhecer e a pressionar para serem reconhecidos(as) pela sociedade com seus direitos e interesses específicos. Certamente, esse novo contexto contribuiu para o empoderamento e valorização da identidade juvenil também no interior dos movimentos sociais.

Mannheim (1993) afirma que o processo de transição geracional é contínuo e que, em geral, são as gerações intermediárias que mais se influenciam e enfrentam reciprocamente. No entanto, no contexto dessa investigação isso não é verificável, pois no feminismo do Rio de Janeiro, diante da ausência de uma geração mais próxima, devido ao já comentado refluxo do movimento entre o fim dos anos 1980 e início dos 1990, as jovens acabam enfrentando as militantes mais velhas.

Segundo Bourdieu (2004: 204), os(as) jovens são “*aqueles que chegam ao campo sem capital*”, ou, de outra forma, sem os atributos valorizados pela maioria dos grupos. No feminismo não é diferente. Ainda que vistas como uma possibilidade de continuidade do legado do movimento, são frequentemente colocadas na condição de herdeiras, condição que se alteraria somente pela ausência das “feministas históricas”.

Em uma relação permeada pela desconfiança da inexperiência, as jovens militantes não possuem uma longa vivência ou um profundo conhecimento do movimento, nem representam instituições ou têm títulos que as legitimem. E, mesmo que possuíssem, dificilmente seriam suficientes para disputar com aquelas que têm décadas de militância. Assim, as relações de poder nesse campo são bastante desiguais, o que torna a inserção dessas jovens no movimento um desafio ainda maior.

Pasini e Pontes (2004), por exemplo, relatam um encontro com as Jovens Feministas de São Paulo onde estas explicitavam a dificuldade de conquistar um espaço de respeito por suas falas e decisões junto aos movimentos feministas já consolidados. Esta lógica de subordinação geracional também é identificada pelos autores na vivência das participantes do projeto Jovens Multiplicadoras de Cidadania, desenvolvido pela ONG Themis, em Porto Alegre (RS).

No início dos anos 2000, coletivos de jovens mulheres começam a aparecer no cenário nacional. Esse é o caso do Fórum Cone Sul de Mulheres Jovens Políticas – Espaço Brasil, que começa a ser articulado em 2001 pela Fundação Friedrich Ebert – FES, possivelmente a primeira articulação nacional exclusivamente voltado para esse público. Também conhecido como *Forito*, esta é uma articulação de jovens que atuam em diferentes organizações, movimentos e espaços políticos. A mesma Fundação já promovia fóruns como esse em outros países da América Latina.

A dimensão do crescimento dessa participação no movimento feminista nos últimos tempos pode ser avaliada por meio da proporção de jovens presentes no 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe (EFLAC), ocorrido em outubro de 2005, no qual 25% das participantes eram mulheres com menos de 30 anos e o tema juventude teve considerável destaque, sendo considerado um marco na história dos encontros. Esse Encontro foi uma oportunidade de diálogo entre as jovens, principalmente no Fórum de Mulheres Jovens Feministas, que, por sua vez, impulsionou a criação de uma atividade chamada *Diálogo Intergeneracional*, que não estava prevista.

No entanto, isso não significa que a inserção dessa nova geração de jovens esteja resolvida. Para além das reivindicações externas ao movimento, que de modo geral são bastante semelhantes às daquelas das adultas, fazendo apenas um recorte geracional, algumas questões internas também parecem demandar mais atenção. Por exemplo, ainda no 10º EFLAC, uma das demandas das jovens era um feminismo menos hierárquico e não adultocêntrico, que possibilitasse o acesso das jovens também aos seus espaços de poder e decisão.

Outra expressão, mais recente, desse engajamento é a realização do I Encontro Nacional de Jovens Feministas, ocorrido em março de 2008, no Ceará, contando com a participação de mais de 100 jovens feministas de vários estados do país²³.

O evento possibilitou uma reflexão sobre a condição da jovem mulher e suas principais demandas em cada região, a articulação dessa identidade com outras identidades, principalmente racial e de orientação sexual, a discussão sobre políticas públicas para jovens mulheres e dele resultou a criação oficial da Articulação Brasileira de Jovens Feministas (ABJF).

Vale destacar que o Encontro foi encerrado com a realização de uma Conferência Livre de Mulheres Jovens, cujas propostas sobre saúde, educação, trabalho, meio ambiente, cultura, meios de comunicação e combate à violência foram enviadas como contribuição na construção da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, realizada em abril desse mesmo ano.

Refletindo o momento político em que o movimento feminista no Brasil se encontra, no conjunto das discussões sobre políticas públicas a principal demanda apresentada foi o direito ao aborto legal e seguro, que além de ser uma bandeira histórica do movimento, voltou a ser amplamente discutido nos últimos anos e é uma questão que afeta diretamente a vida das jovens mulheres. Outras questões que tiveram destaque foram aquelas

²³ Esse se constitui como número relevante uma vez que houve pouco apoio financeiro para a realização do encontro, que foi adiado várias vezes, e as próprias jovens tiveram que arcar com suas despesas de transporte.

relacionadas à tripla jornada das jovens: estudo, trabalho e casa/filhos(as), e a imposição pelos meios de comunicação de um único padrão de beleza feminina: branco, alto e anoréxico.

2.2 – As jovens entrevistadas

Para essa investigação foram entrevistadas quatro jovens feministas com atuação no Rio de Janeiro. Para melhor compreender o percurso até o feminismo, todas foram convidadas a contar sobre suas vidas de modo que pudessemos acumular elementos de análise sobre suas trajetórias de jovens e militantes²⁴.

Alexandra

Alexandra tinha 26 anos e era militante da Marcha na época da entrevista. Morava com a mãe e o irmão mais novo na Barra da Tijuca²⁵. O pai morava em outro lugar. Convidada a declarar seu pertencimento racial e orientação sexual, identificou-se como bissexual e parda. Sobre sua religião, afirmou-se atéia, assim como seu pai e sua mãe se disseram por muito tempo, mas recentemente a mãe tinha se aproximado do espiritismo e o pai do catolicismo.

Fez magistério em uma escola privada de Jacarepaguá, onde morava, começou a faculdade de Direito em uma instituição privada, mas não terminou, e concluiu História em uma universidade federal, onde foi bolsista de extensão e de iniciação científica. Formada, foi trabalhar em uma ONG que discutia políticas econômicas alternativas, em um projeto de formação voltado para mulheres, e no período da entrevista trabalhava como assessora de uma central sindical.

Betty

Betty era militante da AMB, tinha 28 anos, se declarou afrodescendente e heterossexual, morava sozinha em Santa Teresa²⁶. Eventualmente dividia apartamento com algum(a) estrangeiro(a) para ajudar a pagar as contas. De formação evangélica, modo como seu pai e sua mãe se identificavam, apesar de não freqüentarem nenhuma igreja. Já foi espírita e na época da entrevista afirmava sentir falta, mas não conseguir ter religião, por não ser permitido questionamentos. Família composta por mãe, economista e caracterizada por Betty como muito controladora, pai e irmão mais novo.

²⁴ Em anexo, síntese do perfil das jovens entrevistadas.

²⁵ A Barra da Tijuca é um bairro litorâneo do Rio de Janeiro, que cresceu muito na década de 1990 e é habitado basicamente por uma população de classe média e média-alta.

²⁶ Santa Teresa ocupa uma colina no Centro do Rio de Janeiro e é conhecido como um bairro habitado por muitos(as) artistas e intelectuais.

Estudou em escola pública federal e, apesar de desejar cursar Filosofia, fez faculdade de Direito, em uma instituição privada, por pressão da família. Ainda durante a faculdade fez estágio em uma favela através de uma ONG e em uma multinacional, mais uma vez por pressão da família. Trabalhou em ONGs voltadas para os direitos humanos e feministas e, no período da entrevista, estava em projetos voltados para lideranças comunitárias e sobre gênero, em ONGs e no governo estadual.

Olympe

Olympe estava em um período de crise em relação à sua militância na Marcha, tinha 22 anos, identificava-se como negra e heterossexual, morava sozinha no Rio Comprido²⁷. De formação católica, depois de visitar várias religiões, chegou a conclusão que não acreditava em nada daquilo, acreditava nos seres humanos, apesar de, segundo ela, “*serem aqueles que mais te decepcionam*”. Família composta por pai (pintor), mãe (doméstica), duas irmãs mais velhas e um irmão caçula, além de dois irmãos por parte de pai. Apresenta na família histórico de violência do pai contra a mãe.

Até poucos anos atrás morava em Paciência, onde completou sua escolaridade básica em escola pública, fez magistério em Campo Grande²⁸. Durante o ensino médio trabalhou como professora, babá dos sobrinhos(as) e irmão, ajudante da mãe nas faxinas e panfleteira.

Depois de alguns anos sem estudar, freqüentou um pré-vestibular comunitário. No período da entrevista cursava o primeiro ano da faculdade de Letras em uma universidade federal e trabalhava há alguns anos em uma ONG feminista, a mesma de Rosa.

Angela

Angela não participava de nenhuma das duas articulações em foco nesse estudo, era membro de um coletivo de mulheres negras formado por ativistas de diversas áreas, que se propunha a produzir materiais para ampliar o alcance dos saberes produzidos pelos movimentos sociais junto a outras mulheres. Na época da entrevista morava sozinha em Pilares²⁹, tinha 25 anos, declarou-se negra, candomblecista e heterossexual. Filha única de mãe (securitária e católica), tinha seis irmãos por parte de pai (advogado e racionalista cristão), separados desde que a entrevistada tinha 10 anos.

Foi bolsista em uma escola privada, fez faculdade de Comunicação, também em uma instituição privada. Fez vários estágios ao longo da faculdade, a maior parte voltada

²⁷ O Rio Comprido é um bairro de classe média-baixa que fica próximo ao Centro do Rio de Janeiro.

²⁸ Paciência e Campo Grande são bairros populares situados na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

²⁹ Pilares é um bairro de classe média-baixa localizado na Zona Norte da Cidade do Rio de Janeiro.

para a questão racial. Atualmente é consultora de uma ONG em projetos voltados para juventude negra e faz outros trabalhos pontuais.

As jovens entrevistadas encontravam-se entre os 22 e os 28 anos. Todas trabalhavam e/ou já havia trabalhado em ONGs, sendo que Olympe foi também beneficiária de uma delas. Três moravam sozinhas na cidade do Rio de Janeiro, a única que morava com a mãe e o irmão, afirmou que o que mais gostaria de mudar imediatamente na sua vida seria passar a morar sozinha.

Diferente do que seria esperado há algumas décadas atrás³⁰, nenhuma delas tinha filho ou filha, nem quando provocadas a se imaginarem daqui a dez anos fizeram referência ao tema ou a casamento. Olympe, a única a quem foi feita uma pergunta diretamente sobre isso, responde que não pretende tê-los(as). Todas parecem estar mais voltadas nesse momento para a vida de militância e/ou profissional, ainda que com perspectivas diferentes.

Alexandra e Angela não estavam estudando, mas manifestaram desejo de fazê-lo como um investimento na sua vida profissional. Apenas Olympe permanecia estudando, também foi a única a relatar o acesso à universidade como um desafio. Ao manifestar este desejo, sua família a chamava de “sonhadora”, pois até então esta experiência não havia sido vivenciada por nenhum de seus membros.

Olympe demonstrou muito incômodo com o fato do seu trabalho estar atrelado à militância e afirmou que gostaria de futuramente separá-los para ter mais autonomia para militar onde e da forma que desejar. Diferentemente, Betty manifestou claramente o desejo de continuar trabalhando com relações de gênero.

Perguntada sobre seu pertencimento racial, Angela e Olympe identificaram-se como negras, utilizando nomenclatura com grande teor político, adotada a partir da década de 1970 pelo movimento negro. Em outros momentos da conversa ambas voltaram a fazer referências a esse pertencimento. A primeira tem uma militância voltada para a questão racial, à qual é sensível desde a adolescência, apesar de só ter começado a militar efetivamente em 2005. A discussão racial inclusive é muito mais presente e elaborada na sua fala do que o feminismo, até porque essa é uma aproximação bastante recente e realizada através feminismo negro. A segunda, apesar de não ter uma militância racial específica, tem consciência de que *“eu tenho problema pra essa sociedade porque eu sou preta”*.

³⁰ Por exemplo, em artigo publicado em 1942 nos Estados Unidos, Talcott Parsons (2008) registra a tendência das jovens mulheres daquela época a tomar a direção de um padrão de vida doméstico, voltado para o matrimônio e a chegada dos(as) filhos(as).

Registra-se a diferença entre a presença da questão racial nas entrevistas de Olympe e Clara em relação àquelas das outras duas jovens, que só abordaram o tema em resposta ao pedido de auto-classificação. Para Olympe e Clara as marcas identificáveis de pertencimento são aparentes, ambas possuem a pele mais escura e cabelos mais crespos, por exemplo, não deixando muita margem para a adoção de outras classificações comumente adotadas, tais como: afro-descendente, morena, parda. É possível que em função da presença de características fenotípicas associadas ao grupo racial negro elas tenham vivenciado maior número de situações discriminatórias confirmando os estudos de Nogueira (1998).

Já Betty se identifica como afro-descendente, pois seus avós maternos eram negros, e Alexandra se diz parda, *“porque no Brasil todo mundo é meio pardo”*, expressando a noção adotada pelo senso comum pautada na idéia de miscigenação. Apesar disso, mostram-se consciente das desigualdades raciais demonstrando que tais temáticas se entrecruzam uma vez que Alexandra conclui *“mas não sofro opressão étnico racial, obviamente”*.

Outro aspecto comum às quatro jovens é a importância da socialização no núcleo familiar. Neste contexto destaca-se a relação com a figura materna, por diferentes motivos, em dois casos tendo impacto direto na identificação dessas com o feminismo. Olympe afirma sem titubear que um fator determinante para seu engajamento no movimento foi a situação vivida pela sua mãe em casa: pela imobilidade dela, por se manter em uma situação de violência doméstica, por *“acreditar que aquele era o papel dela, de abrir mão da sua felicidade pra dar uma falsa felicidade, que para ela seria para os filhos e para o marido”*, por sua vez lembra que o feminismo a ajudou a compreender sua mãe.

Na entrevista de Betty, a relação com a mãe, definida pela jovem como *“extremamente dominadora”*, também é um aspecto muito forte da sua identificação com o feminismo, através do qual aprendeu a ter um pensamento crítico, a se posicionar e a confrontar, seguindo no sentido oposto ao que lhe fora ensinado em casa. Em diversos momentos ao longo da entrevista Betty faz referência a sua mãe: impedindo de fazer a faculdade de Filosofia desejada, pressionando para fazer um *“estágio normal”*, ou seja, um estágio em uma empresa que pagasse bem, no discurso de aceitação de uma relação amorosa que Betty considerava doentia, e que ao se aproximar do feminismo consegue identificar como machista, entre outros.

No caso da Angela, tanto a mãe quanto o pai aparecem como importantes na sua vida, mas a segunda traz a dimensão do apoio apesar da discordância, o que fica explicitado na reação à escolha religiosa da jovem. Apesar de não educarem Angela em

nenhuma religião para que ela pudesse escolher livremente e quando desejasse, ambos discordaram da sua opção pelo Candomblé. Até o dia da entrevista, passados dois anos e meio desde a comunicação da sua escolha, o pai não falava com ela como forma de repúdio. Já a mãe, mesmo não concordando, veio de Minas Gerais, onde mora, para dar a assistência que ela precisava quando voltou do seu ritual de iniciação religiosa.

2.2.1 – Entrada no movimento

Nenhuma das jovens entrevistadas tem histórico de engajamento político na família. A que chega mais próximo disso é Alexandra, pai e mãe sempre votaram no PT, mas só recentemente se filiaram e por causa dela.

Esse dado revela-se diferente do que foi verificado em uma pesquisa realizada com trinta jovens mulheres militantes de Quebec, no Canadá, onde todas afirmaram que a família que tinha lhes chamado a atenção para as questões sociais, no sentido de se comprometer com a coletividade (QUÉNIART E JACQUES, 2002). Entretanto, vale registrar que é facilmente identificável no movimento outras jovens feministas que são filhas de militantes engajados(as) no feminismo ou em alguma outra forma de organização política.

Alexandra começa a participar de organizações coletivas na universidade privada, em um primeiro momento devido a problemas com um professor, que na época foi apoiado pelo centro acadêmico (CA). Depois desse episódio entrou em uma chapa para concorrer à direção do mesmo CA, mas no processo descobriu que a pessoa que liderava o grupo era da União da Juventude Socialista (UJS)³¹, que até então ela um grupo não conhecia, mas que logo descobriu ser vinculado ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e não gostou.

Mesmo depois dessa experiência, manteve contato com pessoas do movimento estudantil das duas universidades em que estava, até que na campanha eleitoral de 2002 resolveu filiar-se ao PT e no ano seguinte à tendência interna Democracia Socialista (DS).

Quanto à aproximação ao movimento feminista, Alexandra relata um episódio de sua vida escolar em que reagiu duramente a uma piada machista contada por um professor e o recorte de gênero que várias vezes fez nos seus trabalhos acadêmicos. Como primeira aproximação com o movimento, registra o contato que teve com a Marcha no Fórum Social Mundial de 2002, em Porto Alegre, onde a barraca desta articulação chamou sua atenção;

³¹ De acordo com o seu estatuto, a UJS “é uma organização juvenil, política, humanista, patriótica, internacionalista, de defesa e propaganda do socialismo científico; e atua politicamente no movimento juvenil, buscando responder às especificidades deste e apresenta o socialismo como único sistema capaz de ser alternativa ao capitalismo no Brasil e no mundo”. Consultar http://www.ujs.org.br/portal/index.php?view=article&catid=35%3Aestatuto&id=68%3Acapitulo-i&option=com_content&Itemid=30.

mas só depois de um segundo contato, na edição 2003 do mesmo Fórum, que no retorno ao Rio de Janeiro, ela começou a participar efetivamente, ou seja, na mesma época em que estava entrando para a DS.

Já Olympe identifica como primeiro espaço organizado de que participou as oficinas realizadas na sua escola pelo Núcleo de Juventude da ONG em trabalhava na época da entrevista, do qual se tornou multiplicadora e, posteriormente membro da equipe. Através do mesmo Núcleo, começou a participar de atividades mais amplas como aquelas de uma rede de organizações e movimentos de juventude e do movimento feminista, ao longo desse percurso, lembra ela, seu entendimento e engajamento foi crescendo.

Perguntada sobre “como virou uma feminista”, Olympe resume destacando alguns episódios da sua vida:

As oportunidades que você tem, onde você se insere, o que te toca. A minha vida inteira foi porrada (sic) porque eu era mulher, cara. Era porrada (sic) de pai batendo em mãe, de pai batendo na gente, pai não deixando a gente namorar, porque achava que tinha cinco mulheres e não uma só, porque as outras eram filhas, depois estupro, depois aborto. Caralho (sic), o problema é com mulher.

Angela, apesar de sempre ter buscado estágios voltados para a questão racial, considera que não estava organizada em nenhum movimento até 2005. Durante seu último estágio, numa ONG do Rio de Janeiro, teve mais informações sobre movimentos sociais, atuação política, fundamentou conceitualmente sua identidade racial, conheceu lideranças do movimento negro e como esse se constituía no Rio e no país.

Foi também através dessa instituição que ela teve seu primeiro contato com o feminismo, quando foi fazer a cobertura jornalística de uma atividade do Fórum Nacional de Mulheres Negras, em São Paulo. Quando voltou, até por conta da matéria, teve que buscar mais informações sobre feminismo negro e começou a se interessar pelo assunto. Em São Paulo conversou com uma feminista negra, que coordenava uma ONG de mulheres negras no Rio de Janeiro, que ela passou a freqüentar a partir de então. Depois teve que fazer algum outro trabalho sobre uma campanha das Católicas pelo Direito de Decidir e começou a entrevistar algumas pessoas e a ter contato com “*esse outro lado mais global do feminismo*”.

Mas Angela só começou a assumir a identidade feminista, a incorporar esses conceitos e essas práticas no seu cotidiano, quando participou da capacitação das Jovens Feministas de São Paulo, onde conheceu jovens de outros estados, que tinham essa discussão mais sistematizada.

Já Betty relata que desde o segundo grau fazia trabalhos voluntários em favelas, na faculdade não havia nenhum tipo de movimento, mas logo no primeiro período soube por um amigo de um projeto desenvolvido por uma ONG que funcionava em favelas do Rio de Janeiro ao qual se ofereceu para ajudar e trabalhou por dois anos. Por pressão familiar passou um ano e meio em um estágio em uma multinacional, mas voltou às ONGs em projetos pontuais no campo dos direitos humanos. Entre eles, fez uma consultoria como advogada em projeto voltado para jovens mulheres e homens do hip hop que tinha como proposta construir um CD sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos, promovido por uma ONG feminista, vinculada à AMB, através da qual se aproxima mais das questões de gênero.

Betty atuou em outro projeto da mesma instituição, dirigido a professoras de primeiro e segundo graus de escolas públicas do interior do estado do Rio de Janeiro, mas, segundo ela, “*a ficha caiu*” somente trabalhando na construção de outro CD, dessa vez sobre violência contra mulher. Segundo ela, as histórias eram muito comoventes, de luta das mulheres com a questão da violência, as letras de músicas que saíram eram verdadeiros relatos de vida, relatos de discriminação e preconceito que as mulheres sofrem.

A mesma jovem afirma ter percebido naquele momento que era feminista, não daquele feminismo de “queimar sutiã” que vendiam para ela, mas que sua trajetória era marcada pelo feminismo, desde a época em que trabalhou em favela, porque ela já havia desenvolvido uma identidade em defesa dos direitos das mulheres.

As falas evidenciam o papel das ONGs na aproximação e formação dessas novas militantes ao movimento, uma vez que apenas Alexandra se aproximou dele de outra forma, através da militância no movimento estudantil e partidário, embora depois tenha trabalhado em um projeto voltado para mulheres de uma ONG.

Merece destaque igualmente a constatação que nenhuma entrevistada chegou diretamente ao feminismo: passaram antes por outros movimentos, tais como o estudantil, o negro ou de direitos humanos, ou por um projeto onde este viés não estava tão explícito, mesmo que executado por uma ONG feminista. Esta constatação, associado ao fato delas não deixarem seu movimento de origem para militar no feminismo, indica também que as jovens, assim como as adultas, estão vinculadas a diferentes redes e filiações, o que favorece a circulação de informações e, em alguma medida, também o contato com outras causas e lutas.

Possivelmente, essa aproximação através de outras formas de organização seja reflexo da imagem que as mesmas tinham do movimento antes de conhecê-lo, quando algumas compartilhavam alguns dos já comentados estigmas associados ao feminismo pelo

senso comum. Por exemplo, Angela achava que as feministas eram “*um monte de mulheres malucas, que não gostam de homem, que querem ser homens*”, Betty também assume que “*via com todos os estigmas que todo mundo vê, que as feministas eram todas lésbicas, que queriam ser homens*”, sua primeira surpresa foi ver uma ONG feminista desenvolvendo um projeto para homens e mulheres, no caso, o CD sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos.

Olympe não lembra o que achava, mas sabe que na primeira manifestação em que foi ficou chocada com o fato dos homens não poderem falar no microfone e com a defesa da legalização do aborto. Em outro momento, dessa vez de formação, teve dificuldades com a Campanha de Valorização do Salário Mínimo, que propunha triplicar seu valor em quatro anos, ela não compreendia e, mais do que isso, não acreditava que aquilo fosse possível.

2.2.2 – O que significa ser uma jovem feminista hoje?

As primeiras palavras em resposta a esta pergunta são significativas. Betty responde que é “*assustador*”, Angela fala que é “*difícil*”. A primeira segue lembrando situações em que tem que justificar o fato de morar sozinha, pois “*se não casou, não faz sentido sair da casa dos pais*”. Segundo ela, é necessário aprender a ocupar e reafirmar o lugar diferente e os direitos que as feministas conquistaram, tais como a independência financeira e “*independência de casa*”, para os quais os homens, e as pessoas de modo geral, ainda não estão preparados, muitas vezes tendo até medo.

Angela amplia a reflexão enfatizando que é difícil porque a partir do momento que se tem consciência e assume a identidade feminista é seu dever se posicionar, combater o machismo e as desigualdades. Ela acrescenta a isso o “*perfil multiplicador da juventude*”, então a jovem feminista tem que ter a compreensão que esse é um combate que não basta fazer sozinha, é preciso multiplicar este conhecimento, possibilitar o acesso de outras pessoas.

O posicionamento de Alexandra difere do das outras jovens. Não se identifica como jovem feminista, diz que é feminista e que é jovem, mas não tem nenhuma militância no campo da juventude e considera um avanço a Marcha não valorizar as múltiplas identidades, posição que evidencia o lugar dessa articulação junto ao comentado “*feminismo da igualdade*”.

. Perguntada, então, sobre o que significa ser feminista hoje, ela retoma uma frase simples que ouviu de uma jovem: “*ser feminista é ser o que a gente quer e não o que a sociedade quer*”. E explica que é se depilar, se vestir, se arrumar quando e da forma que

quiser, ter liberdade para se relacionar, ser dona do seu tempo e viver um relacionamento afetivo sabendo que ela está em primeiro lugar.

Perguntadas se o feminismo mudou algo na vida delas, Betty cita o desenvolvimento de um pensamento crítico e o fato de com as feministas ter aprendido a confrontar, diferente do tipo calada e comportada pregado por sua mãe; Angela refere-se à necessidade de se posicionar e ter argumentação para desconstruir valores e práticas machistas; Alexandra se sente mais forte e tranqüila para entrar nas discussões. Olympe fala da mudança no seu posicionamento em relação à sociedade, relata que suas amigas dizem que ela está sempre pronta para fazer um discurso, o que justifica revelando que o tempo todo se sente instigada pela formação que teve, porém destaca que tudo isso tem que estar associado à mudança das práticas cotidianas, o que, segundo ela, é o principal motivo das suas crises.

Enfim, todas fazem referência a um fortalecimento político no feminismo, processo que em princípio poderia ter acontecido em outros espaços de militância, por exemplo, nos seus grupos de origem. Essas respostas provocam uma nova questão, que não foi feita nessa investigação: que lugar essas jovens ocupavam nos outros movimentos/ instituições pelos quais passaram?

Outro aspecto lembrado por três das entrevistadas refere-se a mudanças nos relacionamentos afetivos. Conforme afirma Betty, essa forma diferente de ser relacionar causa até um certo medo nos homens que se aproximam. No caso de Alexandra, sua adesão ao feminismo influenciou também sua identidade sexual, na entrevista ela se identificou como bissexual.

Além dessas, foram apresentadas outras mudanças nas suas vidas que são atribuídas por elas à experiência feminista. Olympe cita o fato de ser a primeira pessoa da sua família a entrar na universidade, quando falava desse desejo em casa era considerada “a sonhadora”, situação que pode ser melhor compreendida considerando a interseccionalidade dos eixos de subordinação de gênero, raça e classe a que a jovem está sujeita e que exercem influência sobre seus projetos futuros.

Betty fala de uma maior possibilidade de tomar decisões e cita como exemplos a escolha de morar sozinha e do trabalho que deseja, no caso “*alguma coisa [trabalho] relacionada aos direitos da mulher, por conta do feminismo*”. Já Alexandra faz referência à mudança na divisão das tarefas domésticas com seu irmão e o “*ser mais libertária comigo*”, dando como exemplo o desprendimento em relação à moda.

Olympe, ao longo da sua entrevista, destaca o fato de sentir mais necessidade de reafirmar seu feminismo em espaços mistos, por exemplo, na relação com outros movimentos. Aí ela reconhece:

(...) quando a gente está com tanta luta, durante tanto tempo, um vizinho, movimentos que fazem luta juntos e os caras continuam nessa [práticas machistas]. Não sei se teve alguma vez em que falei “ah, agora eu sou feminista”, mas é cotidiano, tem várias coisas que você fala: “ah, é necessário ser feminista”.

Embora valorizem sua participação no movimento feminista, ao serem perguntadas sobre o que mais as incomodavam no feminismo, Betty fala de um certo radicalismo que existe, para ilustrar, toma como exemplo o fato do feminismo muitas vezes não querer trabalhar com homens. Alexandra diz que em termos macro, de formulação teórica e de ações do movimento nada incomoda, mas nas coisas do dia-a-dia sim. Cita como exemplo, alguns processos de centralização, de vaidade, de disputas de outros espaços que são trazidas para o movimento e, aparentemente em menor intensidade, a condução por vezes autoritária dos atos públicos. Olympe também se sente desestimulada com as disputas internas e tentativas de cooptação, o que considera mesquinhas, uma vez que o que interessa são os objetivos comuns.

A única que adota posição diferenciada é Angela ao declarar que nada a incomoda, porque absorve o que é essencial, o que talvez se justifique por sua participação no feminismo não passar pela convivência cotidiana e/ou por uma relação profissional.

2.2.3 – Espaços e pautas específicas

Das quatro entrevistadas, apenas Alexandra demonstrou não identificação como jovem feminista e não reconhecimento da necessidade de pautas e espaços específicos. Ela assume que questões como autonomia econômica, mercantilização do corpo e da vida das mulheres ou aborto “*são mais acentuadas na juventude*”, mas não consegue ver nada que seja exclusivo da juventude.

Esta postura acompanha a justificativa da Marcha em sua não participação no ENJF; no entanto, pouco tempo depois do Encontro houve uma reunião das jovens na Marcha. Esta tinha como pauta a tarefa que lhes foi dada pela coordenação da articulação: organizar a ofensiva contra a mercantilização do corpo e da vida das mulheres.

No mesmo sentido, no Rio de Janeiro, a Marcha cria núcleos de jovens estudantes e de jovens trabalhadoras, mas que, segundo a entrevistada, mantém a juventude somente no título, uma vez que na prática do primeiro coletivo o que importa é a identidade estudantil. No caso das jovens trabalhadoras, núcleo que se reuniu poucas vezes, Alexandra atribui a falta de sucesso do núcleo ao fato de não ser composto por trabalhadoras e sim por estudantes de pós-graduação e funcionárias de ONGs e por não ter uma pauta específica.

Conforme o observado também na pesquisa *Juventudes sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional*, assim como outros grupos, a Marcha, “*mesmo trazendo o qualitativo juvenil no nome de sua organização, deixam parecer que esse se refere mais a um recurso organizativo do que propriamente a um elemento estruturante de sua identidade política*”, organizando-se a partir de uma perspectiva de classe que prevalece sobre todas as outras (ABRAMO, 2008).

As demais jovens entrevistadas concordam com a necessidade de espaços específicos de juventude dentro do movimento, o que é justificado de diversas formas: poder falar entre iguais (Angela), abrir espaço pra novas mentalidades (Betty), potencializar a participação da juventude (Olympe).

Comparando a posição destas jovens com aquela das adultas entrevistadas, Simone afirma que dentro da AMB existem duas posições, uma que enfatiza a transitoriedade da juventude, o que dispensaria uma política específica, e outra que concorda com o caráter transitório, mas reconhece a existência de questões específicas e a necessidade de espaços próprios de organização. Ela estaria incluída na segunda opção. Rosa, por sua vez, começa registrando a necessidade de linguagens que acessem os diferentes segmentos de mulheres, mas finaliza afirmando que tem que ter grupos específicos, desde que não estejam descolados do movimento como um todo.

Embora não seja um consenso, observando o movimento é possível identificar que em todo o país vêm sendo formados inúmeros núcleos de juventude vinculados a instituições feministas³², coletivos estaduais, redes regionais e nacionais de jovens feministas, o que revela que essa tem sido uma estratégia freqüentemente utilizada. Aparentemente, esse caminho também tem sido adotado pelas jovens mulheres que atuam em movimentos juvenis, mas nesse contexto tentando superar as discriminações de gênero, como acontece, por exemplo, no hip hop (SOUZA, 2006). A prática de criação de espaços específicos de mulheres foi muito utilizado pelas feministas há algumas décadas, o que pode ser verificado nos partidos políticos com seus setoriais de mulheres, lá também como estratégia de fortalecimento. (TEIXEIRA, 1991)

Ao falar de pautas específicas, Olympe cita a violência sexual, que atinge mais as jovens e que, segundo ela, não recebe do movimento a devida importância; a abordagem dada pelo governo a questões como gravidez na adolescência e aborto, onde sempre se dirigem às jovens como inconscientes e descuidadas, como se só quisessem saber de bagunça; o fato de estarem mais sujeitas ao “assédio na rua” e aos assédios moral e sexual no trabalho. Convidada a identificar as pautas que considerava prioritárias, Olympe listou:

³² Nesse caso é possível que a disponibilidade de recursos da cooperação internacional para ações voltadas para juventude também tenha influenciado.

políticas de saúde que atendam às especificidades desse segmento, acesso e permanência à educação e acesso e garantia de trabalho digno.

Betty lembra que o recorte geracional não fazia parte das reivindicações feministas:

Tem a coisa que a gente traz que é a própria questão geracional, que não fazia parte das discussões, das questões das feministas mais antigas. Eu acho que elas deviam pautar inclusive pra elas a questão geracional, de serem mais velhas e tudo. Então, isso não era uma pauta, isso não vinha nas Conferências, nenhuma, nem nas Conferências de Direitos Humanos e nas de Mulheres, a questão geracional nunca era trazida, como é o tratamento pras jovens, a própria questão dos direitos sexuais e reprodutivos era muito pensada sem pensar nas jovens. Juridicamente falando, sem pensar nas mulheres que eram menores de 18 anos. Então, como é essa discussão dos direitos sexuais e reprodutivos pra jovens e adolescentes que são menores de 18 anos. Essas discussões não eram pautadas, a gente traz a questão geracional para questões que são próprias das mulheres, que tem nuances quando a gente está falando de juventude, quando a gente está falando de pessoas que ainda moram com os pais.

No caso das Conferências de Mulheres a situação já começou a mudar. Comparando o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004) com o II Plano (2008), resultados da I e II Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, respectivamente, fica evidente o quanto as questões geracionais ganharam destaque nos últimos anos. Praticamente inexistente no primeiro documento, no segundo aparece como um capítulo específico denominado “*Enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas*”, além das várias referências à questão ao longo do documento como um todo.

Apesar desses documentos terem sido produzidos por coletivos muito mais amplos do que o movimento feminista, esta conquista é bastante representativa do avanço nacional das articulações políticas construídas pelas jovens feministas nos últimos anos. Nesse sentido, destaca-se a atuação da ABJF, que começou a se constituir em 2005, e teve importante atuação na II Conferência; assim como, as reuniões do Fórum Cone Sul de Mulheres Jovens Políticas – Espaço Brasil realizadas em preparação às duas Conferências Nacionais.

À Angela, que por várias vezes reiterou a necessidade de um recorte racial dentro do segmento em foco nesse estudo, foi perguntado primeiro sobre as pautas específicas das jovens negras, ao que respondeu que para as jovens feministas negras,

(...) a possibilidade de encontro presencial é só em função das agendas onde acontece o debate de gênero pelo país: as conferências, as atividades específicas do movimento negro; onde a gente se encontra, algumas, e debate aquilo, mas a gente ainda não teve esse momento nacional de interação para elencar essas bandeiras. A gente pretende em julho do próximo ano [2009] fazer um encontro nacional dessa rede pra poder definir quem somos, onde estamos, o que

queremos, essa atuação coletiva a partir dessa identidade negra jovem feminista.

Com isso a gente discute as bandeiras do movimento de mulheres negras, a questão do acesso à saúde; o aborto, pois quem sofre mais a questão dos abortos ilegais são as mulheres negras, sobretudo as jovens negras; então acaba sendo focada nessa área da saúde; aí se discute a questão da desigualdade de renda, o acesso ao mercado de trabalho. Então são mais as pautas que tangem às mulheres negras e a gente acaba fazendo esse recorte geracional.

Provocada a identificar quais seriam as questões prioritárias das jovens negras na compreensão dela, foram escolhidos o aborto, a violência e o mercado de trabalho. Ampliando para as jovens em geral, Angela vê coincidência entre as pautas das jovens negras com as demais jovens, mas com ressalvas em relação ao ingresso no mercado de trabalho, sobre o qual faz uma breve análise com recorte racial.

Eu acho que aborto e violência acaba sendo a prioridade das jovens também. Agora sobre mercado de trabalho, as brancas defendem isso numa outra perspectiva, sobre melhores salários, melhores oportunidades. Nós discutimos abrir vagas para a gente, porque a gente ainda não chegou lá. Elas de alguma forma estão lá, mas estão ganhando menos ou num escalão inferior. A gente ainda não está lá, não consegue nem entrar. É o mesmo cenário, mas a abordagem é outra.

Em outro momento, Angela também destaca a importância das jovens assumirem discussões como o turismo sexual, que segundo ela não tem a devida atenção por parte das organizações das feministas adultas.

Simone e Rosa ao serem perguntadas quais eram as pautas das jovens feministas citam algumas não mencionadas como prioritárias por nenhuma das jovens, como é o caso da mercantilização do corpo da mulher, que foi lembrada por ambas. Simone acrescentou a participação nos espaços de poder institucionalizados e os direitos sexuais e reprodutivos. Já Rosa cita a educação não sexista e, em consonância com as jovens, a legalização do aborto. Comparando as respostas das jovens e das adultas é interessante perceber as diferenças, o que pode indicar tanto uma falta de diálogo entre elas, quanto um movimento das adultas de identificar pautas que consideram ser mais específicas da juventude.

Por fim, pelas pautas apresentadas fica evidente que mais do que novas questões, muitas vezes o que as jovens feministas reivindicam é o recorte geracional de pautas já existentes, assim como mais atenção a temas cujo impacto maior se dá na juventude, como a violência e o turismo sexual. Nesse contexto, destaca-se a legalização do aborto, que já havia sido eleita a pauta prioritária no ENJF e que foi o único item citado por todas as jovens entrevistadas e, diretamente, por uma das adultas.

É curioso notar que as quatro jovens feministas do Rio de Janeiro não citam as relações intra-movimento como prioritárias, embora Olympe, ao longo da entrevista tenha se

referido algumas vezes a essa questão. Esta ausência apresenta algumas questões para reflexão, uma vez que é uma das principais questões das jovens no 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, como ilustra a matéria publicada na Agência Carta Maior, em 14/10/2005:

Entre as questões internas ao próprio movimento levadas por elas ao encontro, destacam-se a necessidade de formação de lideranças jovens, de abertura de canais de participação efetiva para esse grupo, principalmente nas instâncias decisórias, e a falta de um diálogo de igual para igual, por conta da hierarquização do movimento.

Mais recentemente e em âmbito nacional, na “Carta de Princípios das ABJF”³³ é explicitado por várias vezes seu caráter “*não adultocêntrico*”, seu compromisso com “*a eliminação das desigualdades geracionais*” e o combate às “*opressões geracionais*”.

É possível sugerir que a questão geracional não se apresente como prioridade entre as entrevistadas pelo fato das jovens feministas do Rio de Janeiro ainda não terem se constituído como um sujeito coletivo dentro do movimento local, com exceção de alguns episódios pontuais³⁴. Este caminho interpretativo pode ser reforçado considerando que Olympe, a única a fazer várias referências à questão, é também a única a participar de um grupo específico de jovens feministas, com reuniões e atividades sistemáticas.

Ela cita como exemplo a experiência de coordenar, junto com outra jovem, um ônibus de mulheres a caminho de um evento organizado por diversos movimentos sociais em Brasília. Havia outros sete ônibus e todos(as) os(as) passageiros(as) passaram pelos mesmos problemas, como banheiros entupidos e comida estragada, questões que estavam além do alcance da coordenação de um dos ônibus. Na volta, várias mulheres foram na ONG onde Olympe trabalhava reclamar porque colocaram duas jovens naquela função.

Outro exemplo foi no ato simbólico ocorrido logo após o assassinato da jovem Eloá no final de 2008, segundo Olympe, tudo o que as jovens sugeriam e encaminhavam as mais velhas faziam ao contrário.

Uma situação semelhante foi descrita por Pasini e Pontes (2007), ao relatarem que quando uma das Jovens Multiplicadoras de Cidadania foi coordenadora da mesa de abertura da III Conferência Municipal de Políticas para Mulheres de Porto Alegre, algumas pessoas reclamaram do fato dela ocupar aquele lugar. Citam ainda a forma pejorativa como, por vezes, a mesma jovem era tratada no cotidiano de participação no Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres, assim como a pouca atenção destinada às suas intervenções.

³³ Disponível em anexo.

³⁴ No processo da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, por exemplo, as jovens feministas da cidade do Rio de Janeiro se articularam em prol de uma representação juvenil para as conferências estadual e nacional.

2.3 - As jovens e as articulações feministas

A posição das jovens em relação às articulações é bastante diversificada. Alexandra e Betty estavam efetivamente vinculadas à Marcha e à AMB, respectivamente; Olympe encontrava-se em crise com a Marcha e a Angela nunca fez parte de nenhuma das articulações.

Perguntada sobre porque se aproximou da Marcha, Alexandra, que teve seu primeiro contato com esta articulação no Fórum Social Mundial, não poupa elogios: “*no Fórum a Marcha é fascinante. A forma como a Marcha se apresenta visualmente, a maneira como a Marcha se apresenta marcha [passeata] de abertura do Fórum Mundial é linda*”.

Depois cita o fato de esta articulação fazer um movimento popular de mulheres, estar permanentemente em movimento, tanto na incidência política, quanto na macropolítica, se preocupar com as bandeiras históricas do movimento feminista e com temas dos movimentos mistos e conclui: “*porque a Marcha compreende que só vai mudar a vida das mulheres se a gente mudar o mundo*”.

Já Betty atribui sua ida para AMB, em parte, à sua proximidade a algumas participantes desta articulação. Lembra que uma das feministas históricas a levou a uma reunião e que ela achou “*aquela história bacaníssima, porque as pessoas estavam se organizando numa articulação, que não era uma ONG, que não era uma coisa institucionalizada, tinha espaço de discussão*”, e que seguiu se aprofundando através da “*leitura das teóricas feministas que eram da AMB*”. No entanto, Betty registra seu incômodo com a constatação de que o “*feminismo meio que te cobra de estar num grupo, porque eu por mim eu não queria estar inserida em lugar nenhum*”. A fala de Betty vai ao encontro do que tem sido constatado pelas investigações sobre este segmento, por exemplo, a pesquisa Juventude Brasileira e Democracia, realizada pelo Ibase e Pólis, que afirma a tendência dos(as) jovens a se identificarem menos com instituições e mais com causas de caráter mais imediato e que tenham maior controle sobre suas ações (CARRANO, 2006).

Feita a mesma pergunta à Olympe, ela lembra que conheceu a Marcha através da instituição que a apresentou ao feminismo e já estava nela quando conheceu a AMB, em um encontro de jovens latino-americanos e caribenhos organizado pela ONU. Lá, encontrou jovens feministas vinculadas à AMB em outros estados do país. Questionada sobre a diferença entre as duas articulações, ela lembra:

Uma diferença que eu senti quando eu me deparei com as outras jovens foi: primeiro, que elas eram jovens mais experientes do que eu, já militavam há mais tempo. Eu via que embora na fala fizessem o recorte de classe, eu não via nenhuma representação de classe nelas. Eu, deslumbrada, num hotel cinco estrelas e vivendo tudo aquilo pela primeira vez e pra elas era tudo muito normal, tipo as roupas, os cabelos, tudo muito diferente.

Em seguida, destaca as diferenças em termos de estratégias de atuação:

A diferença era a Marcha se preocupar com a ação, para além de escrever. Tá bom, escrever é importante, dar visibilidade como quem produz algo escrito é importante, mas a gente é um movimento que está na rua, de ação, de intervenção anti-capitalista e a gente vai estar junto de outros movimentos que são anti-capitalistas, mesmo que não tenham outros movimentos feministas dentro. Enfim, de ter esse caráter e de ser um movimento mundial, isso tem um grande peso para mim também, de pensar que as ações estão sendo pensadas aqui e tem um dia pelo menos no ano que estarão sendo pensadas por mulheres que participaram do mesmo processo que estarão efetuando essa mesma ação. E a AMB está muito preocupada em dar visibilidade à violência contra mulher, aos direitos das mulheres como um todo, mas de uma forma que, por um lado, acabava chamando a atenção e tendo mais visibilidade na sociedade como um todo, mas que não tinha muita ação direta. Por exemplo, vai entrar com uma faixa num campo de futebol, que vai ser vista na televisão. (...). E hoje, é muito louco, porque eu vejo a AMB hoje das duas formas, a AMB muito preocupada em estar trazendo mulheres populares, mulheres pobres, participando de passeatas ativamente, dando respostas diretas. E a Marcha, aqui no Rio de Janeiro, na espreita, aparecendo com um pingado de militante em cada mobilização, com um monte de representações nacionais. Você vai na reunião da Marcha, “ah, porque a gente esteve na reunião da coordenação dos movimentos sociais nacional”. A gente não participa da estadual, o que a gente está fazendo na nacional?

Essa distinção realizada por Olympe apresenta de forma bem objetiva uma fala recorrente entre as militantes da Marcha no período de maiores tensões entre as articulações: o pouco espaço para as questões de classe social na AMB do Rio de Janeiro e sua ênfase na articulação política e produção científica, e o foco da Marcha na ação direta e na interlocução com outros movimentos sociais. Outra consideração recorrente era a pouca atenção da AMB em relação ao modelo de sociedade vigente para além das questões especificamente femininas, por exemplo, política econômica. Esse quadro parece ter se alterado consideravelmente nos últimos anos, a AMB tem discutido com mais frequência as questões estruturais e conseguido aproximar mais mulheres populares, conforme Olympe relata, mudanças que as militantes da Marcha reconhecem e que, entre outras coisas, contribui para uma reaproximação dessas articulações, possibilitando inclusive a construção de ações conjuntas.

Angela, que acompanha as discussões nacionais das jovens feministas, principalmente negras, afirma que:

Eu nunca participei dessas organizações mais adultas das feministas e, também, eu nunca busquei esses espaços. O que eu tive mais próxima foi o Fórum Nacional de Mulheres Negras, na representação aqui do Rio, mas também nunca me senti parte atuante daquele processo. Como eu acabo ingressando na militância por essa coisa da identidade mais racial, depois que eu fui adotar essa identidade feminista, e logo cai nesse debate da juventude.

Pelos relatos acima é possível considerar que a filiação das jovens a uma ou outra corrente do movimento passa muito mais pela forma como se dá a aproximação ao movimento do que por uma opção pela proposta política e de intervenção dos grupos em questão. Olympe e Betty explicitam que a aproximação às articulações se deu pelas relações institucionais e/ou pessoais que tinham; Alexandra, narra seu encantamento pela performance da Marcha no Fórum Social Mundial, mas é importante considerar também que a Marcha é a articulação feminista onde está sua tendência partidária (DS/PT); e Angela chega e permanece no feminismo através da interseção com as questões raciais e juvenis e assim permanece.

Já as feministas adultas Simone e Rosa pontuaram aspectos distintos quando perguntadas sobre a que atribuíam o crescimento da participação juvenil no feminismo. A primeira cita o aumento do fundamentalismo no contexto nacional, o retrocesso no que se refere aos direitos reprodutivos, o aumento dos índices de violência contra mulher, apesar da “Lei Maria da Penha”, o que, segundo ela, atinge diretamente as jovens que vivem nas comunidades, e a cobrança estética do corpo.

A primeira resposta de Rosa foi afirmando nunca ter pensado sobre o assunto, após pensar um pouco, atribui ao pouco incentivo dos movimentos mistos à participação feminina e o crescente incentivo dos vários movimentos à participação juvenil visando a própria manutenção, e conclui lembrando que no contexto das ONGs é necessário considerar a maior disponibilidade de recursos para jovens.

Uma vez que nenhuma das duas fez referência a algum tipo de investimento do movimento feminista neste sentido, esta pergunta foi feita diretamente. Simone afirma que a AMB sempre tem a preocupação de incluir jovens nas delegações para conferências e outros encontros e concluiu questionando: *“Como propor uma política nacional sem pensar na questão geracional?”*. No entanto, em outro momento, conforme descrito anteriormente, ela mesma identifica apenas uma jovem na AMB local, Betty, que em sua entrevista cita a ausência, até muito recentemente, de um recorte geracional nos documentos produzidos pelo movimento.

Rosa, por sua vez, começa destacando a batucada, o lúdico, a música, o colorido, enfim, reproduzindo um estereótipo juvenil associado à festa, ao barulho e à criatividade, mas conclui recuperando a necessidade do movimento *“tratar de coisas da realidade delas”*, assim como faz Simone na resposta anterior, que faz referência a questões que atinjam *“diretamente a vida das jovens mulheres”*.

Capítulo 3 – RELAÇÕES INTERGERACIONAIS NO FEMINISMO

As relações intergeracionais aparecem com diferentes enfoques nas várias entrevistas, mesmo entre as jovens as percepções são variadas. Entre essas, apenas Alexandra nega haver conflitos intergeracionais no movimento e a necessidade de coletivos de jovens feministas, além disso, considera um avanço a Marcha “*ter reaglutinado todo mundo numa coisa só*”, em oposição à suposta fragmentação e enfraquecimento do movimento causado pela afirmação das múltiplas identidades.

Ainda para Alexandra, existe no feminismo uma relação de troca entre as gerações, onde “*é importante a nossa participação, das mais jovens junto com as mais velhas, a troca e o que sai de resposta cultural através disso, em forma de manifestação, seja em esquete, seja em batucada*”³⁵.

Nessa última afirmação encontramos um ponto de contato entre Alexandra e Olympe, e também com Rosa, isto é, a percepção de que o papel destinado às jovens no feminismo é aquele de promover novas formas de expressão, de preferência animadas, coloridas e ousadas. Nesse caso poderiam ser incluídos a batucada, os esquetes, o estêncil³⁶, o lambe-lambe³⁷ ou a pichação crítica.

No entanto, Olympe esclarece:

(...) quando a gente vai tentar fazer alguma coisa pra estar no espaço, pra você batucar, pra você colocar energia, pra você pular, beleza, é isso, as jovens são legais pra isso. Agora pra coordenar o ato, pra ter espaço no microfone, pra qualquer outra ação, que seja estar de frente, a gente vai sendo podada, mesmo quando você já está há muito tempo.

As falas dessas duas jovens entrevistadas fazem lembrar Bourdieu (1983), segundo o qual os conflitos “*são evitados durante o tempo em que os velhos conseguem regular o tempo de ascensão dos mais novos*”. Ou seja, é possível supor que a primeira não identifique os conflitos intergeracionais por não vivê-los, uma vez que parece atuar, sem maiores questionamentos, dentro do limite que lhe foi dado pelas adultas, diferente de Olympe, que não está satisfeita com esse lugar, embora também identifique a batucada como “*uma forma de aglutinar novas jovens*”.

³⁵ A batucada é uma das estratégias utilizadas nos atos públicos, principalmente pela Marcha, em que um grupo de militantes utiliza instrumentos de percussão feitos de sucata reciclada para acompanhar músicas, paródias e palavras de ordem.

³⁶ Estêncil é uma técnica utilizada para imprimir imagens ou palavras que possam ser delineadas por corte ou perfuração em através de papel, papelão ou outros materiais em diferentes superfícies, no caso do movimento feminista, principalmente em muros e tecidos.

³⁷ Lambe-lambe é um pôster de tamanho variado que é colado em espaços públicos a fim de divulgar uma idéia ou evento.

Analisando o contexto da Marcha, nas três entrevistas realizadas com suas militantes ou ex-militantes, fica evidente o quanto a batucada é o lugar destinado às jovens. Na fala de Rosa essa associação aparece quando perguntada sobre que ações do movimento poderiam ter incentivado a aproximação das jovens:

Eu acho que é a tal batucada da Marcha que atrai as jovens, é a parte lúdica, a parte que tem música, que tem não sei o que... atrai as jovens. Quando a gente vai fazer uma manifestação, que a gente leva as latas, é mais fácil as jovens se aproximar do que só no discurso. Então, acho que são ações, de chamar, coloridas, de festa, não sei que... atrai as jovens. Agora, se o movimento ficar só naquilo, elas vão pra outra coisa.

Respondendo à mesma pergunta, Olympe, em um primeiro momento, identifica a batucada, as oficinas em escolas, a ida às comunidades com hip hop como iniciativas das feministas visando aproximar jovens, estratégias que vêm sendo utilizada por vários grupos de jovens feministas em todo o país. Quando questionada se era isso que havia atraído as primeiras jovens dessa nova geração ou se isso já era consequência da presença delas, a entrevistada reconsidera dizendo acreditar que era consequência. Segundo ela, as primeiras jovens dessa geração chegaram ao movimento por outros caminhos, principalmente através do contato pessoal com alguma feminista (mãe, professora ou alguma amiga) ou do contato com o ideário feminista.

A mesma entrevistada ainda percebe alguma diferença de aceitação por parte das mais velhas quando a jovem está ligada a um grupo feminista ou de mulheres do que nos outros movimentos, segundo ela, neste caso há uma avaliação e uma disputa: “quando percebem que você tem consciência de alguma coisa, então logo querem te ganhar”. As observações do campo sugerem que essa prática se dá principalmente por parte das militantes dos partidos políticos.

Questionada sobre como é ser jovem no movimento feminista, Olympe responde:

Na verdade, tem duas questões. Se você é jovem e recém-chegada ou se você é jovem e já tá batida. A diferença começa por aí. Se você é jovem e recém-chegada, você é tirada, ‘ah, tá falando besteira’, não te dão muito ouvido, ‘mal chegou já está querendo cantar de galo’. E se você é jovem, mas está militando há muito tempo, você ainda recebe umas podadas, mas com mais sutilezas.

Essa afirmação nos remete a uma pergunta freqüente quando se discute a participação juvenil em diferentes movimentos sociais: o “problema” é ser jovem ou ser recém-chegada ao movimento?

Aparentemente, os conflitos se agravam na medida em que as jovens acumulam à sua condição geracional o fato de, muitas vezes, serem recém-chegadas ao movimento, portanto, sem qualquer atributo que lhes permita uma parcela na divisão do poder. Segundo

Bourdieu (1983), é disso que se trata a divisão entre jovens e adultos. Porém, observando as jovens feministas é possível perceber que sua grande maioria é oriunda de outros movimentos, tais como ONGs, movimentos estudantis, partidos políticos, pastorais de juventude, movimento negro, entre outros espaços onde essas jovens já tinham alguma experiência acumulada.

O mesmo autor afirma ainda que os conflitos intergeracionais são evitados enquanto os mais velhos conseguem regular o tempo de ascensão dos mais novos. No caso do feminismo, talvez parte dos conflitos intergeracionais seja devido ao não reconhecimento por parte das adultas dessa vivência prévia, o que possivelmente gera um descompasso de expectativas em relação a essa “ascensão”.

Nesse sentido, a experiência de Betty pode ser elucidativa. Ela declara sempre ter tido uma boa relação com as feministas mais velhas, que tinham uma ação para com ela de “passar o bastão”, o que se concretizava muitas vezes através da indicação para representá-las em alguns eventos. O que, conforme relata a entrevistada, não deixou de causar estranhamento, principalmente em espaços onde Betty não era conhecida, pois *“em geral, quando você vai lá, num evento, num congresso, estão todas lá, aquelas feministas consagradas, em geral, mais velhas, catedráticas, é difícil você ver uma jovem numa mesa dessas”*.

Para melhor compreender o lugar diferente ocupado por essa jovem, torna-se importante reconstituir seu percurso até o feminismo. Betty, é a mais velha das entrevistadas, 28 anos, se aproximou do feminismo através de uma consultoria para um projeto de uma organização não governamental feminista, na qualidade de advogada e militante no campo dos direitos humanos. Dessa forma, mesmo sendo identificada como jovem pelas feministas adultas, ela é reconhecida por sua experiência profissional, possibilitando outro tipo de relação, o que parece não acontecer em relação às demais jovens entrevistadas.

Por outro lado, Betty lembra também que:

A gente vê muitas jovens feministas que se sentem usadas pelas feministas mais velhas. Como é que o feminismo usa a juventude, né? Às vezes dão pra gente sempre o mesmo papel. ‘Ah! Elas são jovens, então bota elas pra puxar uma passeata, elas são mais animadas, bota elas lá na frente, elas vão batendo panela.’ Sempre aquelas coisas que elas já estão cansadas de fazer.

Bourdieu (1983) afirma que para saber como se recortam as gerações é preciso reconhecer as leis específicas do funcionamento do campo em questão. Tratando-se de feminismo no Rio de Janeiro, talvez os espaços de demarcação das gerações sejam a batucada feminista ou formas de expressão afins, como lugares destinados às jovens, e as

funções de coordenação de atividades ou representação política, como lugares destinados às adultas.

Angela, que se declara jovem feminista negra, considera importante a afirmação identitária, mas acredita que:

(...) quando as jovens surgem com esse debate de jovens feministas, elas querem detonar com um monte de conceitos que as adultas construíram em anos de luta. Foram anos ralando pra garantir uma tranquilidade para as mulheres, brancas e negras, pra agora chegar um monte de jovens e dizer que esses conceitos não servem, que estão ultrapassados, que estão equivocadas. Aí, surgem com um monte de esquizofrenia sobre adultocentrismo, sobre não sei que mais, um monte de coisas que não se sustentam, um monte de argumentos que não se sustentam. Tudo bem, tem um monte de lideranças por aí que não se renovam, que estão defasadas, que acham que não tem que ler mais nenhum livro, não têm que se atualizar na discussão que esta em voga. E aí, vem uma jovem e quer tomar o lugar delas porque acha que ela não serve mais, acha que o movimento de jovens feministas tem que se sobrepor ao próprio movimento feminista e eu acho que não é assim, cada uma no seu quadrado.

Falando das relações intergeracionais entre as feministas negras ela destaca: “*é uma relação mais sadia, porque a gente não tá numa ‘vibe’ de disputar espaço com elas, porque nossa concepção filosófica é outra, é a partir de uma matriz africana, de respeito ao mais velho*”.

Essa opinião de Angela, entretanto, não necessariamente representa aquela da maioria das jovens feministas negras, outras possibilidades podem ser sugeridas analisando a “*Carta das Negras Jovens Feministas - Rumo ao I Encontro Nacional de Jovens Feministas*”³⁸, onde afirmam: “*Saudamos as Jovens Feministas pela coragem e determinação em assumir a luta de combate ao racismo, ao sexismo a lesbofobia e o adultocentrismo como princípios e valores intransgredíveis a ser perseguido por todas as gerações.*” Outro documento interessante a ser considerado é a *Carta de Princípios* da ABJF, construído e aprovado no mesmo encontro, com participação de várias feministas negras do Rio de Janeiro e de todo o país, onde por várias vezes é reafirmado o caráter não adultocêntrico e compromisso com o combate às desigualdades e opressões geracionais.

Angela conclui defendendo que uma relação entre jovens e adultas feministas onde fique “*cada uma no seu quadrado*”, o que pode indicar que uma adesão ao que Bourdieu (2004) denomina “*jogo dos recém-chegados*”. Este consiste, quase sempre, em romper com certas convenções em vigor, mas dentro dos limites da conveniência, sem colocar em questão as regras do jogo e o próprio jogo, diferente da atitude assumida por outras jovens feministas, por exemplo, aquelas organizadas em torno da ABJF.

³⁸ Disponível em anexo.

Por outro lado, Angela lembra também as dificuldades das jovens em se afirmar no movimento. Estas, muitas vezes, precisam mostrar a que vieram para ter o mínimo de credibilidade para assumir determinados lugares, de preferência aqueles permitidos pelas lideranças adultas do movimento. Por exemplo, segundo ela, uma jovem pode ser considerada muito nova para ocupar uma determinada posição dentro do movimento, mas em outros espaços, em que é valorizada a participação juvenil, a mesma jovem se torna boa o suficiente para representar o movimento.

Em outro momento, afirma que as feministas adultas até se propõem a conversar com uma jovem, *“desde que seja a fulana”*, uma jovem que elas escolheram, provavelmente, uma com a qual elas tenham alguma afinidade política e possam exercer influência de alguma forma. Essa última constatação é corroborada com a afirmação de Olympe de que o movimento até investe na conquista de jovens militantes, *“mas não podem ser novas mulheres que renovem”*.

Um aspecto da luta das jovens feministas que Angela valoriza é fato de assumirem algumas questões que, na sua avaliação, as organizações das feministas adultas não deram a devida importância, citando como exemplo o turismo sexual, que afeta diretamente o segmento juvenil. Ela acrescenta ainda que há *“uma apropriação dessas organizações do tema de juventude sem nenhum debate”*.

As situações apresentadas acima voltam a indicar as bases em que muitas vezes as relações intergeracionais são estabelecidas dentro do movimento: as jovens são reconhecidas e valorizadas na medida em que aceitam os limites impostos pelas mais velhas (BOURDIEU, 1983), assim como a discussão sobre juventude parece ser incorporada na medida em que seja conveniente às adultas.

Apesar dos conflitos que possam existir, é interessante notar que todas as jovens se referem a algumas feministas com grande admiração, em alguns casos reconhecendo nelas sua referência de feminismo. Dentre elas, Olympe e Betty também citam outras jovens feministas que também ocupam esse lugar.

Por sua vez, as opiniões das feministas adultas indicam relações intergeracionais bem menos conflituosas do que aquelas narradas por parte das jovens. Tanto Simone, quanto Rosa se remete à sua experiência enquanto jovem militante ao responder sobre essas relações.

Simone lembra:

Está melhor do que na minha época, isso não tenha dúvida. Até porque é politicamente incorreto falar hoje: ‘Quem é você? Você nasceu ontem, sabe o que de sexualidade?’, como eu cansei de ouvir. ‘Não tem nem sexualidade resolvida e vem falar da sexualidade das mulheres’. Isso, hoje,

uma jovem feminista não escuta mais dentro de um fórum feminista, mas tem outros problemas, como por exemplo, serem utilizadas como tarefas.

A mesma entrevistada destaca que as jovens “*trazem um ingrediente diferenciado, elas mexem com conceitos*”, ao que cita como exemplo a discussão da participação dos homens e a questão da prostituição, temas onde existe muita discordância entre jovens e adultas, tanto de abordagem, quanto da importância dada.

Ainda sobre as relações entre jovens e adultas, Rosa começa sua resposta de forma contraditória:

Eu acho [risos] que é tranqüila, é tranqüila. Não sei, porque, por exemplo, é tranqüila e, ao mesmo tempo, conflituosa, porque às vezes, no meu caso, eu já fui uma menina militante, então eu vejo uma militante jovem, e fico sempre pensando: será que eu era desse jeito? Mas é muito chato! Entendeu? Porque tem esse conflito, porque as jovens querem tudo pra ontem, não é pra pensar, para não sei o que... Jovem é tipo: quem sabe faz a hora não espera acontecer, então eu acho que esse espírito de fazer agora, de ser voluntarista, de ir, de fazer a pichação, não querer saber se vai ser presa. Então, eu acho que isso é legal. Por outro lado, eu acho que a juventude de hoje traz elementos muito importantes pra geração anterior, seja com a tecnologia, com as maneiras que elas têm de se comunicar. Porque eu acho que o movimento perderia muito se não tivesse as jovens, porque a maneira de se comunicar hoje é outra, não é a das mulheres, “as feministas” do passado, a gente manda uma carta pra chamar alguém, um convite; elas põem no blog, no MSN e espalham em uma hora aquilo que a gente vai levar dias. Então eu acho que, na reunião, essa coisa é tranqüila. Agora, eu acho que a troca de experiência também é legal.

Sua fala é marcada pela questão “tempo”. A urgência das jovens que “*querem tudo pra ontem*”, o que vem associado, aparentemente de forma positiva, a uma certa inseqüência: “*não querer saber se vai ser presa*”; e a rapidez e eficiência do uso da tecnologia na comunicação interna do movimento.

Um aspecto que se mostra interessante nas falas da Rosa e da Simone é o reconhecimento, de que as jovens também são sujeitos de direitos e que têm caminhado no sentido de uma maior organização social e da garantia de seus direitos, o que repercute dentro do movimento. Nesse sentido, destacam-se as falas de Simone do quanto é diferente a relação das adultas com as jovens de hoje em comparação a quando ela entrou no movimento, mesmo que, algumas vezes, seja apenas porque atualmente é considerada politicamente incorreta uma fala que desqualifique a participação juvenil. Sua conclusão de que as jovens ainda são utilizadas como “*tarefeiras*” sugere que na prática ainda não há o mesmo cuidado identificado na fala.

Na entrevista com Rosa, em outro momento, fica patente o quanto as(os) jovens têm conseguido se organizar dentro dos diversos movimentos, se articular através de redes específicas, e que, segundo ela, assumem lugar de destaque dando origem ao Conselho

Estadual de Juventude/ RJ, instalado em meados de 2008, e à maior participação no feminismo.

3.1 - Um *Oito de Março* como exemplo

Há algumas décadas o dia oito do mês de março é marcado como Dia Internacional da Mulher, o que a cada ano se reverte em ações reivindicatórias e/ou comemorativas do movimento de mulheres. Mais recentemente, incorporou-se também ao calendário comercial como um dia para presentear as mulheres próximas.

A história da origem desta data é bastante controversa. Segundo Blay (2001), há acordo quanto ao fato de que, após um processo construído por socialistas americanas e europeias, Clara Zetkin tenha sugerido a instituição de um Dia Internacional da Mulher no II Congresso Internacional de Mulheres Socialistas, realizado em Copenhague, em 1910. No entanto, algumas versões contam que nesta ocasião ela teria indicado o dia oito de março em homenagem a operárias mortas no incêndio de uma fábrica têxtil em Nova Iorque em 1857. Outras versões afirmam que naquele momento Clara não propôs uma data específica e que o incêndio citado acima teria ocorrido na verdade em 1911, ou seja, um ano após o Congresso.

Em diferentes partes do mundo, as mulheres trabalhadoras seguiram se manifestando em diferentes datas e, a partir dos anos de 1960, cada vez mais freqüentemente no dia oito de março. Este dia só foi definitivamente consagrado quando a ONU instituiu, em 1975 – Ano Internacional de Mulher, o *Oito de Março* como o Dia Internacional da Mulher.

No Brasil, ao longo dos anos 1960 e 1970, as feministas e outras que se autodenominavam parte do “movimento de mulheres”, se uniam nesta data para lutar contra os militares, pelo retorno da democracia, fazer denúncias sobre prisões arbitrárias e desaparecimentos políticos (BLAY, 2001).

Assim como no calendário político, descrito por Palmeira e Heredia (1995), com a campanha eleitoral começa o “tempo de política”, no movimento de mulheres, junto com o ano começa também o “*tempo de Oito de Março*”, isto é, um período marcado pelas movimentações de preparação das atividades comemorativas e/ou reivindicatórias que acontecem em torno do Dia Internacional da Mulher. Os grupos e instituições começam a pensar, planejar e articular suas ações institucionais, assim como aquelas do “*Oito de Março Unificado*”, como é chamada a atividade mais ampla que seria organizada pelo conjunto do movimento no Rio de Janeiro.

Tradicionalmente, esse ato unificado é uma passeata no Centro do Rio de Janeiro, que faz o mesmo percurso que as principais manifestações políticas locais, que muitas vezes têm projeção nacional. Inicia-se com a concentração na Candelária, desloca-se ao longo da Avenida Rio Branco, uma das principais da cidade, e encerra-se na Cinelândia, em frente à Câmara Municipal.

Passado o recesso e as festas de fim de ano, logo se iniciam as articulações para agendar a primeira reunião preparatória, onde geralmente acontecem discussões preliminares, como identificar que os grupos que não estão presentes, em geral, sem deliberar nada. Este “cronograma” sofre variações de acordo com o período de fevereiro em que o carnaval acontece naquele ano. Nas reuniões seguintes se avança para os encaminhamentos concretos: formação de comissões de trabalho, busca de contribuições financeiras, disputas pelo tema central do ato, ofícios para polícia, prefeitura, solicitação ou contratação de carro de som, elaboração e reprodução do manifesto.

O caráter estável, formalizado e padronizado como acontecem as reuniões preparatórias e a atividade unificada do *Oito de Março*, o conteúdo destas, a forma como se estabelecem as relações neste processo, o reconhecimento público, entre outros, fazem com que este reencontro anual do movimento de mulheres possa ser analisado como um ritual.

Segundo Peirano (2002), não compete aos(as) antropólogos(as) definir o que são rituais, a esses(as) cabe apenas a sensibilidade de detectar o que são, e quais são, os eventos especiais para os(as) nativos(as). Uma vez que o *Oito de Março* é, em geral, a única ocasião em que este movimento, todos os anos, faz um grande esforço de se re-unir em âmbito local, parece ser um bom indicativo da relevância deste para “as nativas”.

Nesse sentido, a observação da passeata unificada do Dia Internacional de Mulher 2007 também oferece alguns elementos de análise acerca das relações intergeracionais no movimento.

Nesse ano, o *Oito de Março* coincidiu com a visita do, então, presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, ao Brasil. Depois de longas discussões sobre se o tema da passeata deveria ser “*Fora Bush*” ou alguma bandeira feminista, decidiu-se que o tema central da passeata seria “*Mulheres na Luta Pela Igualdade e Contra a Violência*”, mas que tentaria agregar outros movimentos indo até o Consulado dos EUA e marcando a oposição à presença do presidente.

Tradicionalmente, na passeata observa-se que o principal objeto de disputa é o microfone e, por vezes, parece que este é o próprio “cálice sagrado” citado por Kertzer (2001), através do qual e, principalmente, pelo qual as pessoas brigam. Apesar da grande

maioria das participantes da passeata sequer cogitar ou manifestar o desejo de falar ao microfone, para aquelas que são lideranças, pensam que são ou que gostariam de sê-lo torna-se um ponto de honra.

Se há um consenso entre os diversos grupos que organizam a passeata em relação ao uso do microfone, esse é que homem não fala. De resto, a informação circulante era que havia sido estabelecida uma coordenação do ato, que se ocuparia também de administrar o uso do microfone, delegação esta que não constava em nenhuma das atas das reuniões preparatórias do evento. Ainda na Candelária as mulheres representantes de vários grupos e organizações fizeram suas falas.

Diferente dos outros anos, estava presente uma grande quantidade de homens, o que pode ser atribuído à presença de outros grupos, que em geral apóiam politicamente mas não comparecem, em virtude da inclusão do *Fora Bush* e da ida até o Consulado.

A caminhada ao longo da Avenida Rio Branco foi bastante tranqüila, entretanto, chegando ao Consulado um grupo de homens, identificados como pertencentes aos Círculos Bolivarianos, começou a queimar a bandeira dos EUA, o que levou a uma dispersão geral. Nesse momento, uma das mulheres da coordenação do ato pegou o microfone e com bastante dificuldade conseguiu retomar a condução da atividade. Pediu que as(os) participantes devolvessem para os EUA todo o lixo que eles nos impõem: embalagens do Mc Donald's, da Coca-Cola, da Nike. Em seguida pediu que, simbolicamente, todas(os) dessem as costas para o Consulado fazendo um minuto de silêncio. Nesta hora era possível ver várias pessoas olhando em volta, parecendo não acreditar que depois daquela confusão que tinha se iniciado era possível uma “*mística*” como aquela. Para encerrar esse momento, conforme o planejado, outra militante puxou uma música previamente combinada.

Voltando para a Cinelândia, com muito menos gente, deu-se o encerramento do ato com a leitura do manifesto da comissão organizadora por uma jovem da UNE. Em seguida, houve uma tentativa de fazer uma ciranda que não foi muito bem sucedida.

Concluído ao ato, “a responsável pelo microfone”, que estava com outras militantes da articulação a que pertence, contava que quando a situação ficou complicada em frente ao Consulado, ao procurar o microfone viu que ele estava com Alexandra, uma das jovens entrevistadas, a qual afirmava ter dito: “*me dá isso aqui, acabou a brincadeira de criança!*”.

O ato unificado do *Oito de Março* é também visto pelas participantes como uma oportunidade de confraternização. É comum que, uma vez encerrada a atividade, grupos de manifestantes reúnam-se nos vários bares da Cinelândia e adjacências, onde a pauta das conversas recupera os “melhores momentos” do ato. De modo geral, a avaliação era que

este havia sido a melhor atividade unificada do Dia Internacional da Mulher dos últimos cinco anos.

Contraopondo-se à versão da militante adulta, poucos dias depois circulou uma carta assinada pelo grupo a que Alexandra pertencia, falando que ao longo de toda a passeata a palavra (microfone) havia sido negada ao grupo e que no momento em que a coordenadora, de forma “*desnecessária e grosseira*”, tomou o microfone da jovem ela estava justamente dando a possibilidade das outras puxarem palavras de ordem também. Resgatando o que havia acontecido, na carta afirma-se que a coordenadora “*alegava que tinha um problema lá na frente, que a nossa companheira não era NADA [destaque no original] e que a coordenação do ato tinha que se reunir naquele momento*”.

Este exemplo, embora não tenha sido o primeiro conflito entre as mulheres envolvidas, merece destaque por fazer referência direta à dimensão geracional, quando afirma que “*acabou a brincadeira de criança*”. Porém, no relato apresentado pela jovem e seu grupo e nas discussões decorrentes essa dimensão sequer aparece, a ofensa destacada foi dizer que ela “*não era NADA*”. Esse episódio pode sugerir o quanto as questões geracionais, apesar de perpassarem as relações de poder, não vêm sendo abordadas de forma explícita no movimento como um todo no Rio de Janeiro.

A própria Alexandra, que protagonizou esse fato, parece não reconhecer a questão geracional presente nesse conflito, assim como, na sua entrevista, não identifica tensões nas relações intergeracionais no interior do movimento. Esta constatação remete a Mannheim (1993) quando, comparando à consciência de classe, afirma que a situação geracional existe independente da consciência de geração do sujeito.

Uma vez que, como resgata Chaves (2001), para além de representar o cosmos e legitimar hierarquias sociais, existe a possibilidade da variação de performances dos rituais colaborar para a construção de novas legitimidades, acontecimento anteriormente relatado evidencia também o quanto as jovens do Rio de Janeiro, consciente e organizadamente ou não, têm conseguido atuar no sentido de ampliar seu espaço dentro do movimento.

No entanto, conforme afirma Abad (2004), a cidadania juvenil não se produz no vazio, está atravessada por um complexo e dinâmico emaranhado de relações entre poderes, em que se produz um verdadeiro mercado político onde nada se presenteia. Sendo assim, é possível supor que os avanços das jovens no feminismo local poderiam ser mais efetivos se houvesse um sujeito coletivo capaz de promover um amplo debate geracional e de pressionar o movimento de forma mais permanente e sistemática, a exemplo do que acontece em âmbito nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dados estatísticos, estudos qualitativos e as vidas de muitas mulheres, inclusive aquelas aqui apresentadas, revelam que apesar dos importantes e incontestáveis avanços alcançados pelas mulheres, o movimento feminista ainda é necessário. Em tempos em que se pretende convencer a todos e todas que a equidade entre homens e mulheres já é uma realidade e em que os estudos feministas parecem fora de moda, é importante registrar que este movimento não ficou no passado, continua presente, atuante e sendo incorporado por novas gerações.

Os desafios a serem encarados são muitos, encontram-se tanto fora quanto dentro do movimento. Além de equiparar salários, acessar espaços de poder, enfrentar a violência sexista, faz-se necessário rever as relações hierárquicas estabelecidas dentro deste movimento que se pretende democrático e horizontal.

As jovens entrevistadas admitem os preconceitos que tinham em relação ao feminismo, relatam atuações anteriores em ONGs e/ou movimentos, através dos quais se aproximaram do feminismo e nos quais ainda transitam. Trazem como traço comum também o destaque da figura materna, procurando um caminho oposto ao dela ou como referência para os momentos difíceis.

Oriundas de outras experiências de participação, muitas vezes em lugares de lideranças, as jovens militantes chegam dando novas expressões ao feminismo e apresentando diferentes formas de estar neste movimento, com diferentes graus de aceitação ou enfrentamento dos limites estabelecidos pelas feministas adultas. Parte dessa diversidade pode ser encontrada entre as entrevistadas.

Algumas não identificam conflitos intergeracionais dentro do movimento e rejeitam ações de afirmação das múltiplas identidades no feminismo, apresentando argumentos que remetem àqueles utilizados por marxistas ortodoxos há décadas atrás para não reconhecer o feminismo como uma causa urgente.

Outras jovens, apesar de reconhecerem os conflitos, parecem aceitar o lugar de herdeiras do movimento, adotando atitude conciliatória em relação às adultas, o que revela a consonância, por ambas as partes, com uma concepção da juventude como um período preparatório para a vida adulta.

Tantas outras, que têm tido mais destaque no cenário nacional, optam por problematizar a inserção juvenil no feminismo: questionam, se organizam e já contabilizam algumas conquistas. Pautas tradicionais do movimento vão ganhando recortes geracionais, espaços organizativos específicos vão se formando criados, as relações intergeracionais começam a entrar na pauta interna do movimento.

Apesar de não valorizar a identidade jovem feminista, no Rio de Janeiro, a Marcha parece ser o movimento que mais agrega jovens, talvez por ter um lugar destinado a elas: a batucada feminista, o que não significa que todas as suas jovens militantes aceitem restringir sua atuação a este espaço.

Aparentemente, na Marcha, assim como em outras correntes do movimento, só é permitido às jovens o acesso a instâncias de algum poder quando estão em sintonia política com adultas e na medida em que estas possam exercer maior influência sobre aquelas.

Uma constatação a ser registrada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro é a falta de coletivos ou momentos de diálogo sobre as especificidades geracionais e as relações intergeracionais nas diferentes correntes do movimento. Nos espaços observados a impressão que se tem é que apesar de adultas e jovens falarem muito, pouco se escutam.

Diante da escassez de produção científica sobre jovens mulheres, e quase inexistência de estudos sobre jovens feministas, os dados e análises iniciados nessa investigação convidam ao aprofundamento da reflexão sobre o panorama das relações intergeracionais no movimento, a dimensão que isso tem para a permanência dessas militantes e para a continuidade do feminismo em sua luta histórica pela autonomia das mulheres, em toda a sua diversidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABAD, Miguel. *Possibilidades e limites da participação juvenil para o impacto na agenda pública*. Recife: Redes e Juventudes, 2004.
- ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo M. *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania e Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.
- _____. e LÉON, Oscar Dávila. *Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005.
- _____. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: *Juventude e Contemporaneidade*. Brasília: Unesco, MEC, ANPEd, 2007.
- _____. Que é ser jovem no Brasil hoje? Ou a construção militante da juventude. In: *Ser joven em Sudamérica. Diálogos para la construcción de la democracia regional*. Santiago: IBASE, PÓLIS e Ediciones CIDPA, 2008.
- ABRAMOVAY, Mirian; CASTRO, Mary e SILVA, Lorena B. da. *Juventudes e Sexualidade*. Brasília: UNESCO, 2004.
- ALVES, Branca Moreira e PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- BIONDI, Liz. Focalizar as Políticas de Identidade. In: *Cidadania e Feminismo*. São Paulo: sem editora, 2000.
- BLAY, Eva Alterman. 8 de março: conquistas e controvérsias. In: *Revista Estudos Feministas*, vol. 9, n. 2, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk, 2004.
- BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. In: *Revista Estudos Avançados*, vol. 17, n.49, 2003.
- CASTRO, Mary Garcia. Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes. In: NOVAES, Regina e VANNUCCHI, Paulo (orgs.). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- CARRANO, Paulo. Juventude e Participação no Brasil – interdições e possibilidades. In: *Revista Democracia Viva*, n. 30, 2006.

- CHAVES, Christine. A Marcha Nacional dos Sem-Terra: estudo de um ritual político. In: PEIRANO, Mariza G. S. (org.) *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE MULHERES BRASILEIRAS. *Plataforma Política Feminista*. Brasília: CFÊMEA, 2002.
- COSTA, Ana Alice A. *Gênero, poder e empoderamento das mulheres*. Internet: http://www.adolescencia.org.br/empower/website/2008/imagens/textos_pdf/Empoderamento.pdf, 10/02/09.
- COSTA, Suely Gomes. Movimentos feministas, feminismos. In: *Revista Estudos Feministas*, v.12, n. especial, 2004.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em aspectos da Discriminação Racial relativos ao Gênero. In: *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n.1, 2002.
- CURIEL, Ochy. *Identidades esencialistas o construcción de identidades políticas: El dilema de las feministas negras*. Creatividad Feminista, 2003. Disponível em: www.creatividadfeminista.org/articulos/fem_2003_negras.htm, 24/01/06.
- DATASENADO. *Pesquisa sobre Violência Doméstica contra a Mulher - Relatório Analítico*. Brasília: Senado Federal, 2007. Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/senado/centralderelacionamento/sepop/pdf/Relat%C3%B3rio%20anal%C3%ADtico%20Viol%C3%Aancia%20Dom%C3%A9stica.pdf>, 21/09/08.
- DAYRELL, Juarez e CARRANO, Paulo César. Jóvenes de Brasil: dificultades de finales del siglo y promesas de un mundo diferente. In: *Revista de Estudios sobre Juventud*, Ano 6, Nº 17, 2002.
- EPSTEIN, A.L. The network and urban social organization. In: MITCHELL, Clyde (org.). *Social Network in urban situations*. Manchester: Manchester University Press, 1969.
- FARIA, Nalu e NOBRE, Miriam. O que é ser mulher? O que é ser homem? Subsídios para uma discussão das relações de gênero. In: *Gênero e Educação: caderno para professores*. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, 2003.
- FERNANDES, Nelito e GRANATO, Alice. *Mulherada de respeito*. Internet: <http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,,EPT1106781-1661,00.html>, 28/12/07.
- GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GOHN, Maria da Glória (org.). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003
- KERTZER, David. Rituais políticos e a transformação do Partido Comunista Italiano. In: *Horizontes Antropológicos*, ano 7, n. 15, 2001.
- IBASE e PÓLIS. *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas – Relatório Final*. Rio de Janeiro: Ibase e Pólis, 2006.
- LAMAS, Marta. La radicalización democrática feminista. In: ARDITI, Benjamin. *El reverso de la diferencia: identidad y política*. Caracas: Nueva Sociedad, 2000.

- MANNHEIM, Karl. El problema de las generaciones. In: *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n.62, 1993.
- MELUCCI, Alberto. *Altri codici*. Bologna: Il Mulino, 1984.
- _____. *Passaggio d'epoca*. Milano: Feltrinelli, 1994.
- _____. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- _____. *O Jogo do Eu*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.
- MINAYO, Maria Cecília. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- NOGUEIRA, Oracy. *Preconceito de marca. As relações raciais em Itapetininga*. São Paulo: Edusp, 1998.
- PARSONS, Talcott. La edad y el sexo en la estructura social de Estados Unidos. In: ISLAS, José Antonio Pérez, GONZALES, Mónica Valdez e Zozaya, María Herlinda Suárez. *Teorías sobre la juventud: las miradas de los clásicos*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2008.
- PASINI, Elisiane e PONTES, João Paulo. *Jovens Multiplicadoras de Cidadania construindo outra história*. Porto Alegre: Themis, 2007.
- PALMEIRA, Moacir e HEREDIA, Beatriz. Os comícios e a política de facções. In: *Anuário Antropológico/94*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- PEIRANO, Mariza G. S. Rituais como estratégia analítica e abordagem etnográfica. In: PEIRANO, Mariza G. S. (org.) *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- PINTO, Céli Regina. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PORTELLA, Ana Paula e GOUVEIA, Taciana. *Idéias e dinâmicas para trabalhar com gênero*. Recife: SOS Corpo, 1999.
- QUÉNIART, Anne e JACQUES, Julie. *Ser uma jovem militante hoje? Por que? Como?* In: Revista Labrys, n. 1-2, 2002. Internet: http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/annecorral1.html, 28/12/08.
- REDE FEMINISTA DE SAÚDE. *Adolescentes - saúde sexual saúde reprodutiva: dossiê*. Belo Horizonte: Rede Feminista de Saúde, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2005.
- SARMENTO, Manuel. O estudo etnográfico em Educação. In: ZAGO, Nadir, CARVALHO, Marília de, VILELA, Rita Amélia (org.). *Itinerários de Pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- SCHUMAHER, Schuma e BRAZIL, Érico Vital (Org.). *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

- _____. *Um Rio de Mulheres: a participação das fluminenses na história do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Redeh, 2003.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: *Revista Realidade e Educação*, n.16(2), 1990.
- _____. "Entrevista com Joan Wallach Scott – Ponto de Vista". In: *Revista Estudos Feministas*, n. 1, 1998.
- SOIHET, Rachel. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. In: *Revista Estudos Feministas*, v. 13, n. 3, 2005.
- SOUZA, Patrícia Lânes Araújo de. *Em busca da auto-estima: interseções entre gênero, raça e classe na trajetória do grupo Melanina*. Dissertação de Mestrado. Orientação: Regina Reyes Novaes. PPGSA/ IFCS/ UFRJ, 2006.
- SPOSITO, Marília Pontes (coord). *Juventude e escolarização (1980-1998)*. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002.
- STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça está para etnicidade? In: *Cadernos Estudos Afro-Asiáticos*, n.20, 1991.
- SUCUPIRA, Fernanda. *Mulheres de 30 países defendem a radicalização da democracia*. Internet:
http://www.agenciartamajior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=3926, 05/06/07.
- TEIXEIRA, Carla Costa. *O Mundo das Mulheres: uma investigação sobre o movimento feminista no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Orientação: Gilberto Velho. PPGAS/ MN/ UFRJ, 1991.
- TOURAINÉ, Alan. *O mundo das mulheres*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- VELHO, Gilberto. *Observando o familiar*. In: Individualismo e cultura: Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- WELLER, Wivian. Gênero e Juventude. In: *Revista Estudos Feministas*, v.13,n.1, 2005.
- ZANTEN, Agnès Van. *La "reflexividad" social y sus efectos sobre la investigación cualitativa de las realidades educativas*. In: ZAGO, Nadir, CARVALHO, Marília de, VILELA, Rita Amélia (org.). Itinerários de Pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Páginas eletrônicas consultadas:

Articulação de Mulheres do Brasil. <http://www.articulacaodemulheres.org.br>, 24/01/08.

10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe. www.10feminista.org.br, 10/09/2006.

Marcha Mundial das Mulheres – Brasil. <http://mmm.softwarelivre.org>, 10/09/06.

Observatório Jovem do Rio de Janeiro. www.uff.br/obsjovem, 10/09/06.

ANEXOS

Anexo 1: Roteiro utilizado nas entrevistas com jovens feministas

Apresentação

- Nome
- Quando e onde nasceu
- Onde e com quem mora
- Escolaridade
- Cor/ raça
- Orientação sexual

Breve história da vida

- O que você sabe sobre a história da vida de sua mãe e de seu pai (filiação, trabalho, ocupação, local de nascimento, locais de moradia, etc)?
- Quantos irmãos/irmãs você teve e/ou tem?
- Além dos seus irmãos de sangue, quem mais cresceu com você?
- Além de seus pais, alguém mais ajudou criar você? Quem? Por que?
- Estuda? Estudou? Em que lugares? Como é/era sua escola/ universidade?
- Trabalha? Qual foi seu primeiro trabalho? Quantos anos você tinha? Em que você já trabalhou?
- Qual a religião de seus pais? Qual a sua religião? Já teve outra religião? Por que mudou?
- O que gosta de fazer nos momentos de lazer? Com que pessoas você mais gosta de estar? Quais são seus lugares preferidos?

Participação política

- Qual foi o primeiro grupo do qual você participou?
- Você sabe dizer qual foi o momento em que momento você começou a participar deste grupo?
- Por que você diria que esta foi sua primeira experiência de participação?
- Por que começou a participar? Alguém ajudou?
- Entre os jovens com quem você conviveu neste primeiro momento de participação, quem se destacou (lideranças)?
- De que grupos você participa hoje?

Movimento feminista

- Você lembra de acontecimentos que você relaciona com seu interesse em fazer parte do movimento feminista?
- Você lembra de pessoas que te motivaram a pensar e querer fazer parte do movimento feminista?
- Você lembra de algum livro, filme ou música que você acha que te motivou a participar do movimento?
- Quando foi o primeiro contato?
- Como foi recebida?
- Por que ficou?
- O que gosta e o que não gosta?
- Fazer parte deste movimento mudou algo na sua vida?
- Como percebia o movimento antes de fazer parte dele?

Ser jovem feminista

- Se alguém quisesse falar da “jovem de hoje”, o que não poderia deixar de falar?
- O que significa ser feminista hoje?
- Como é ser feminista fora do movimento? Como família, amigas/os, Igreja, namorado/a vêem isto?
- Quais reivindicações você acha prioritárias?
- Como é ser jovem neste movimento?
- Como é a relação com as adultas?
- Tem alguma dificuldade nesta relação?
- Você considera necessário haver espaços específicos para as jovens dentro do movimento?
- Conhece algum grupo de jovens feministas?
- Qual a sua percepção sobre a história das “lutas das mulheres” hoje e no passado?

Percepções sobre o futuro

- Imagine-se daqui dez anos. Como será a sua vida.
- Se você tivesse poder e pudesse mudar algo em sua vida imediatamente, o que você mudaria?
- Você se vê participando do movimento no futuro, quando não for mais jovem?

Anexo 2 – Roteiro utilizado nas entrevistas com feministas adultas

Apresentação

- Nome
- Idade
- Grupo a que pertence
- Como e quando chegou ao movimento feminista
- O que significa ser feminista hoje

Articulação

- Como, quando e onde começa a história da articulação feminista no Rio de Janeiro?
- Quais são seus principais objetivos atualmente?
- Como se organiza, quem participa e quais as principais bandeiras atualmente no RJ?
- Quantas mulheres, aproximadamente, participam desta articulação no RJ? Quantas delas você diria que são jovens?
- Em que espaços estas jovens estão mais presentes?
- Qual o perfil delas?

Jovens Feministas

- O que motiva o interesse das jovens pelo feminismo hoje?
- Quais são suas principais reivindicações?
- Que contribuições e desafios esta participação representa para o movimento no RJ?
- Como é a relação entre jovens e adultas no RJ?
- Você considera necessário haver espaços específicos para as jovens dentro do movimento? Por quê?
- Conhece algum grupo de jovens feministas no RJ?

Anexo 3 - Síntese do perfil das jovens entrevistadas

Nome	Alexandra	Betty	Olympe	Angela
Idade, raça, orientação sexual	26 anos, parda, bissexual	28 anos, afrodescendente, heterossexual	22 anos, negra, heterossexual	25 anos, negra, heterossexual
Religião	Atéia. Pais sempre se reivindicaram ateus, mas atualmente ela é espírita e ele católico.	Formação evangélica, já foi espírita, atualmente, sente falta, mas não consegue ter religião, porque não é permitido questionar.	Formação católica, atualmente, não acredita em Deus e sim nos seres humanos.	Mãe católica, pai racionalista cristão, mas na foi educada em nenhuma religião. Atualmente é candomblecista.
Família	Mãe, pai e irmão mais novo.	Mãe (economista), pai e irmão mais novo.	Pai (pintor), mãe (doméstica), duas irmãs, um irmão, mais dois irmãos por parte de pai. Histórico de violência do pai contra a mãe.	Mãe (securitária), pai (advogado) e seis irmãos por parte de pai.
Estudo	Fez magistério em uma escola privada, depois começou faculdade (privada) de Direito, mas não terminou e concluiu História (universidade pública)	Estudou em escola pública federal e fez faculdade (particular) de Direito.	Sempre estudou em escola pública, fez magistério, pré-vestibular comunitário e faz faculdade (pública também) de Letras.	Foi bolsista em uma escola privada, fez faculdade (privada) de Comunicação.
Trabalho	Foi bolsista de alguns projetos na faculdade. Quando se formou foi trabalhar em uma ONG. Atualmente trabalha como assessora de uma central sindical.	Fez estágio em uma favela através de uma ONG e em uma multinacional por pressão familiar. Trabalhou em ONGs feministas e, atualmente, está em projetos com lideranças comunitárias e sobre gênero, em ONGs e no governo estadual.	Durante o ensino médio trabalhou como professora, babá das crianças da família, ajudante da mãe nas faxinas e panfleteira, atualmente trabalha em uma ONG feminista.	Fez vários estágios ao longo da faculdade, a maior parte voltada para a questão racial. Atualmente é consultora de uma ONG em projetos voltados para juventude negra e faz outros trabalhos pontuais.

Anexo 4 – Letra da música “Tapinha Nada”³⁹, de Tati Quebra Barraco

Escuta aqui meu preto que agora eu vo fala,
Pra tu fecha comigo vai te que me respeita.

Tapinha nada nu meu homi eu do porrada
Tapinha nada nu meu homi eu do porrada
Tapinha nada nu meu homi eu do porrada
Tapinha nada nu meu homi eu do porrada

Para de marra e desce desse palco,
Que aqui no meu cafofo so eu que falo mais alto
Para de marra e desce desse palco,
Que aqui no meu cafofo so eu que falo mais alto

Vai lava roupa
Eu vo
Faz a comida
Eu faço
Vai no mercado
Eu vo
Faz o que eu mando

Eu vo, eu faço,
mais so eu que so u maxo

Toma
Calma amor
Toma
Calma bem
Toma
Calma filha
Toma
Po amor mais não era só um tapinha???

Tapinha nada nu meu homi eu do porrada
Tapinha nada nu meu homi eu do porrada

³⁹ Disponível em <http://vagalume.uol.com.br/tati-quebra-barraco/tapinha-nada.html>, 30/03/2009.

Tapinha nada nu meu homi eu do porrada
Tapinha nada nu meu homi eu do porrada

Fica cas criança eu vo curti
Comé que é?
Fica cas criança eu vo curti
O que?
Fica cas criança eu vo curti
Ta Bom!
Fica cas criança eu vo curti
Já escutei

Anexo 5**Carta de Princípios**
Articulação Brasileira de Jovens Feministas

A *Articulação Brasileira de Jovens Feministas* é uma rede constituída por mulheres jovens independentes, de organizações e movimentos: negras, lésbicas, indígenas, quilombolas, rurais, da periferia, sindicalistas e de populações tradicionais e provenientes de diferentes regiões do Brasil.

Tem um caráter democrático, suprapartidário, anti-capitalista, anti-racista, anti-patriarcal, anti-lesbofóbico, não sexista, não adultocêntrica, não confessional, não hierárquico e não governamental.

Surge a partir da percepção de que as mulheres jovens possuem especificidades que devem ser visibilizadas nos movimentos feministas e de juventudes.

Constitui-se como espaço importante de diálogo e empoderamento das mulheres jovens, sobretudo o fortalecimento a participação política e cidadã, defesa dos direitos humanos e dos direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos, reafirmando acordos e tratados ratificados pelo Brasil.

As mulheres jovens, integrantes da *Articulação Brasileira de Jovens Feministas*, reunidas no *I Encontro Nacional de Jovens Feministas*, realizado na cidade de Maracanaú - Ceará, de 13 a 15 de março de 2008, consideram necessário e legítimo estabelecer uma Carta de Princípios que oriente o funcionamento da *Articulação Brasileira de Jovens Feministas*.

Os Princípios contidos na Carta, a ser respeitada por todas que queiram participar desta Articulação, serão condutores para os processos a serem realizados, sobretudo sobre o perfil político, a participação e o compromisso das integrantes para com a *Articulação Brasileira de Jovens Feministas*, que se orientará pelas as seguintes diretrizes:

1. Garantia dos Direitos Humanos das mulheres jovens, buscando a eliminação das desigualdades geracionais, de gênero, classe, raça/etnia, orientação afetivo-sexual, diversidade religiosa, pessoas com deficiência e regionalidades;
2. Direito de vivenciar a cidadania de forma plena e ativa, garantido a qualidade de vida, direitos sociais e constitucionais;
3. Em defesa da vida das mulheres jovens, visando a garantia dos direitos humanos, direitos sexuais e reprodutivos, bem como o acesso pleno e humanizado aos serviços de saúde, respeitando as diversidades;
4. Reconhecimento do direito à liberdade de orientação afetivo-sexual e expressão sexual como um direito humano;
5. Compromisso com as lutas feministas, incorporando e defendendo as bandeiras de luta dos feminismos que compõem o movimento feminista, combatendo as opressões geracionais, de gênero, raça/etnia, orientação afetivo-sexual, diversidade religiosa, pessoas com deficiência, regionalidades/territorialidades e suas conseqüências na vida das mulheres jovens;
6. Compromisso com a luta pela legalização e descriminalização do aborto;
7. Compromisso de atuar em defesa dos direitos e de políticas públicas que eliminem a discriminação e a violência contra as mulheres, em especial às jovens;
8. Enfrentar as opressões econômicas e sociais que colocam as jovens mulheres, em condição de desigualdade;
9. Repudiar todas as formas de racismo, etnocentrismo, discriminação e intolerâncias correlatas;
10. Defender ações afirmativas e políticas públicas de promoção da igualdade que fomentem os direitos das mulheres jovens;
11. Combater a lesbofobia e intolerâncias correlatas;
12. Garantir debates de conscientização e prevenção das DST/AIDS, bem como o tema da feminização da AIDS entre mulheres jovens, respeitando as diversidades afetivo-sexuais, de identidade de gênero e raça/etnia;
13. Dar visibilidade a pauta das mulheres jovens nos movimentos feministas e nos movimentos de juventudes;

14. Combater o capitalismo e suas formas de expressão, bem como os impactos na vida das mulheres, em especial às jovens;
15. Combater a mercantilização dos corpos das mulheres, bem como a Exploração Sexual e o Tráfico para fins sexuais, em especial às jovens;
16. Garantir debates democráticos, aprofundamento de reflexões, formulação de propostas, troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes sobre os direitos das jovens mulheres;
17. Garantir um perfil plural, diversificado, não governamental, não partidário e sem vínculos religiosos;
18. Articular de forma descentralizada: indivíduos, entidades, fóruns, redes, ong's e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional, pela construção de políticas públicas para juventude.

A *Articulação Brasileira de Jovens Feministas* reconhece a luta dos movimentos feministas que contribuíram, contribuem e contribuirão para o avanço da equidade entre os gêneros, a livre orientação e expressão afetivo-sexual, raça/etnia, classe social, no debate sobre políticas públicas para as mulheres.

Para nós, esta Articulação atuará em conjunto a estes objetivos e outros mais, garantindo um amplo espaço de participação para as jovens mulheres, as especificidades e o respeito às diversidades; sem discriminações, intolerâncias e quaisquer outras formas de preconceitos.

Por entendermos que os direitos das mulheres jovens são direitos humanos, acreditamos que os objetivos da *Articulação Brasileira de Jovens Feministas* serão alcançados em conjunto com os setores organizados da sociedade civil brasileira, respeitando a identidade e a intervenção autônoma de cada organização, na luta para a construção e o efetivo exercício da democracia e da cidadania.

Aprovada e adotada em Maracanaú - CE, em 15 de março de 2008, pelas jovens mulheres que constituem a Articulação Brasileira de Jovens Feministas.

Anexo 6

Carta das Negras Jovens Feministas

“Rumo ao I Encontro Nacional de Jovens Feministas”^{i, ii}

Nos Negras Jovens Feministas a caminho do I Encontro Nacional de Jovens Feministas pedimos licença a nossas ancestrais e cumprimentamos o Movimento de Mulheres Negras.

Reconhecemos no Movimento Negro e no Movimento feminista as mais expressivas e combatentes vertentes do movimento social.

Repudiamos a prática do Racismo, Sexismo e da Lesbofobia que se constituem em práticas de violação de direitos humanos.

Saudamos as Jovens Feministas pela coragem e determinação em assumir a luta de combate ao racismo, ao sexismo a lesbofobia e o adultocentrismo como princípios e valores intransgredíveis a ser perseguido por todas as gerações.

Convocamos os movimentos juvenis a assumirem a luta de combate a discriminação racial, de gênero, de orientação sexual, territorial, deficiência e geracional como um princípio norteador do pensamento da política e das aspirações das juventudes.

Alertamos que a ausência de políticas e respostas do estado brasileiro frente a praticas de discriminação racial de gênero e outras formas correlatas de discriminação vem perpetuando desigualdades históricas e gerando formas contemporânea de exclusão e marginalização das juventudes negras que comprometem o seu livre exercício aos Direitos Humanos, Sociais, Culturais, Econômicos, Sexuais e Reprodutivos.

No ano em que o Brasil completa 120 anos de uma abolição não concluída viemos a público denunciar as políticas de extermínio do estado brasileiro que tem por finalidade o Genocídios das Juventudes Negras.

A maioria dos óbitos resultantes de complicações por aborto ocorrem entre as jovens negras;

As Crianças e adolescentes negras representam 75% das trabalhadoras domésticas;

Que 58% dos óbitos de jovens negras por causas externas referem-se a assassinatos;

As jovens negras são as principais vítimas do tráfico de mulheres e da exploração sexual,

As jovens negras têm sua imagem sistematicamente invisibilizada e estereotipação nos meios de comunicação.

Recordamos que há 20 anos atrás as Mulheres Negras realizavam o I Encontro Nacional de Mulheres Negras para dar visibilidade as suas demandas e organizar a resistência das mulheres negras. Na atualidade, século XXI, duas décadas depois, nossos motivos pra lutar ainda são os mesmos, derrubamos o mito a democracia racial, introduzimos o debate do racial no movimento feminista e o debate de gênero no movimento negro, construímos as bases ideológicas para a adoção de políticas de ações afirmativas pelo estado brasileiro, pautamos as demandas da população negra no âmbito das políticas públicas. Diante do cenário de total desfavorecimento que encontramos, podemos afirmar que motivamos avanços, no entanto, ainda estamos muito longe de alcançar a igualdade racial e de gênero de oportunidades e estamos convencidas de que para alcançarmos essa igualdade de

condições devemos tratar igual as (os) iguais e diferentes a (os) diferentes a fim de alcançarmos a igualdade de condições.

Compartilhamos a agenda do movimento de mulheres negras e reafirmamos as exigências do documento das mulheres negras construído na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, como exigências das Negras Jovens Feministas

1. Exigimos do Estado brasileiro a incorporação das dimensões de gênero e raça nas políticas públicas, no planejamento, implementação e avaliação, com definição de indicadores que possam evidenciar a diminuição das desigualdades raciais. Possibilitando também a criação de mecanismos de monitoramento com a participação das mulheres negras, incluindo indicadores técnico-científicos.
2. Exigimos a implementação imediata de políticas públicas de ação afirmativa para as mulheres negras, como medida de reparação social, econômica e cultural, que garantam sua plena participação em igualdade de condições nas esferas políticas, econômicas, sociais e culturais.
3. Que o Estado garanta o princípio constitucional da equidade, promovendo para isso ações específicas e de caráter afirmativo voltadas para as mulheres negras. Recomenda-se a aprovação do Projeto de Lei nº6. 418/2007, pela atual redação da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, em que está incluso o crime de discriminação racial com aumento de pena pela discriminação sexista às mulheres negras.
4. Que o Estado brasileiro cumpra as ações definidas em leis, diretrizes e planos orçamentários relacionados às políticas públicas voltadas para a efetivação dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais; visando a garantia da segurança pública; seguridade social; educação; pleno emprego; assistência social; participação.
5. Que o Estado garanta o acesso das mulheres negras, em especial às jovens e adolescentes as informações adequadas sobre direito sexual e direito reprodutivo, a exames complementares e aos serviços de planejamento familiar, de qualidade e humanizado.
6. Estabelecer metas específicas de redução da mortalidade materna d Mulher Negra, através da ampliação da oferta de serviços de qualidade (ginecológica, pré-natal e assistência materno e infantil), bem como aplicação das normas estabelecidas no Pacto Nacional Pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, implantação e implementação da atenção à saúde das mulheres negras em consonância com a pactuação da política nacional de saúde da população negra
7. Que o Estado promova políticas públicas orientadas para fortalecer acesso e permanência de mulheres adolescentes e jovens, em especial as negras, na educação formal, na formação para o trabalho e direito a saúde e direito sexual e direito reprodutivo, emprego, participação política e social, para o pleno exercício de seus direitos.
8. Que o Estado promova a ampliação do nível de seguridade social da mulher negra, com vistas à criação de ambiente social saudável, livre da violência e da

insegurança; garantindo às mulheres negras todos os direitos, estabelecidos em lei, convenções e normas nacionais e internacionais.

9. Exigimos ações integradas entre os Ministérios da Justiça, da Educação, da Cultura, SEPPIR e Ministério Público, com a participação dos setores organizados de religiosos de matriz africana para garantir a liberdade de culto e o respeito às religiões de matriz africana, coibindo a intolerância, o proselitismo e a violência a que estão submetidas; bem como oferecendo igualdade de oportunidade aos bens e serviços promovidos pelo Estado Brasileiro.
10. Exigimos a garantia da laicidade do Estado Brasileiro promovendo a efetiva separação do Estado das religiões dominantes, retirando das repartições públicas em todos os poderes e esferas, símbolos cristãos. Bem como desarticulando serviços especiais voltados para as religiões dominantes.
11. Exigimos que as políticas públicas de Estado sejam formuladas e implementadas de independente de princípios religiosos, de forma a assegurar efetivamente os direitos consagrados na Constituição Federal e nos diversos instrumentos internacionais assinados e ratificados pelo Estado brasileiro, como medida de proteção aos direitos humanos das mulheres jovens e meninas.
12. Garantir os direitos trabalhistas das domésticas como FGTS, seguro desemprego obrigatório, adicionais de insalubridade e periculosidade, seguro contra acidentes de trabalho, auxílio acidente de trabalho, limitação de jornada de trabalho para 8 horas, horas extras e adicional noturno.
13. Exigimos do Estado brasileiro o desenvolvimento de ações para o combate ao Racismo Institucional em todas as esferas do poder público que promova a equidade e garantam o acesso a bens e serviços sem discriminação de qualquer espécie.

Recomendações

Recomendar a CAPES e CNPq, atenção especial às questões relacionadas à raça, na área de produção de conhecimento, intercâmbios e fomentos, financiamento a pesquisas para estudantes afrodescendentes.

Recomendamos ao Ministério das Comunicações que sejam incorporadas dimensões de gênero e raça na formulação do seu conselho nacional.

Recomendamos nos estados e municípios que aderiram ao pacto nacional de redução da morte materna e neonatal sejam estabelecidas metas específicas para mulheres negras, sobretudo no que diz respeito ao acesso e qualidade da atenção durante a gravidez, parto e puerpério.

Recomendamos ao governo brasileiro, ações específicas através do Ministério da Justiça, Ministérios Federais, à Justiça Federal, aos Ministérios Públicos ações específicas para coibir o genocídio de jovens e adolescentes negra/os.

“Mulheres de todas as raças, culturas e cores: construamos uma outra história”

(Frase utilizada pelas mulheres negras no 4º Encontro Feminista)

O que característica a luta das Negras Jovens hoje...

NOSSAS PRINCIPAIS BANDEIRAS

1. Criar e Implementar Políticas de combate ao Racismo, o Sexismo e a Lesbofobia.
2. Implementação de Políticas de Ação Afirmativas e Cotas para estudantes negros nas Universidades Públicas e Privadas como instrumento de Reparações Históricas a população Negra
3. Promover a Descriminalização e a Legalização do Aborto e a garantia dos direitos Humanos, Sexuais e Reprodutivos das negras jovens.
4. Promover condições de Defesa do Sistema Único de Saúde a implementação da Política de Saúde da População Negra e do programa de planejamento familiar com atenção especial a saúde das Negras Jovens garantindo mecanismos de controle social.
5. Combater e criminalizar a intolerância Religiosa identificando e punindo a perseguição as religiões de matriz africana como crime de racismo conforme prevê a Lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997, (alteração da Lei Caó)
6. Campanhas nos meios de comunicação para a eliminação da veiculação de imagens impositivas de padrões hegemônicos de beleza que vise combate consciente dos estereótipos racistas veiculados nos meios de comunicação.
7. Promover e apoiar as iniciativas das negras jovens de criar espaços de diálogos e alianças com todas as vertentes e perspectivas juvenis, em especial as juventudes Quilombolas, de Terreiro, Indígenas e LGBTTT.
8. Implementação a nível nacional da História da África (Lei 10639/03) e da Lei Maria da penha - [Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006](#) - garantindo mecanismos de controle social.
9. Garantir os direitos trabalhistas das jovens trabalhadoras domésticas em igual condição e gozo de direito que outras categorias garantidas na CLT.
10. Destinação de Orçamento e recursos técnicos e de gestão para apoiar as iniciativas de geração de trabalho e renda das Negras Jovens.

Março de 2008.

Negras Jovens Feministas !!!

ⁱ I Encontro Nacional de Jovens Feministas - 13 e 16 de março de 2008 na cidade de Fortaleza/ Ceará. Mais informações: jovensfeministas.brasil@gmail.com - <http://www.revistaviracao.com.br/artigo.php?id=1448>

ⁱⁱ Para ver o logo <http://www.fotolog.com/supercaracol/38210377>

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)